



UNIVERSIDADE NOVA
DE LISBOA

Anexo às Demonstrações Financeiras 2021

Índice

Anexos, Relatórios e Pareceres às Contas.....	3
Anexo às Demonstrações Financeiras – SNC-AP	3
Nota 1 - Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico	3
Nota 2 - Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	12
Nota 3 - Ativos intangíveis.....	28
Nota 5 - Ativos fixos tangíveis	30
Nota 10 – Inventários	35
Nota 13 - Rendimento de transações com contraprestação	36
Nota 14 - Rendimento de transações sem contraprestação.....	40
Nota 15 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	42
Nota 16 - Efeitos de alterações em taxas de câmbio	42
Nota 17 - Acontecimentos após a data de relato.....	43
Nota 18 - Instrumentos financeiros.....	44
Nota 19 - Benefícios dos empregados.....	46
Nota 20 - Divulgações de partes relacionadas	47
Nota 21 – Outras divulgações.....	50
Demonstrações Orçamentais	63
DOR1 – Demonstração do desempenho orçamental.....	63
DOR2 – Demonstração de execução orçamental de receita.....	64
DOR3 – Demonstração de execução orçamental de despesas	65
DOR5.1 – Alterações orçamentais da receita.....	66
DOR5.2 – Alterações orçamentais da despesa.....	67
DOR5.4 – Operações de tesouraria	68
DOR5.5 – Contratação administrativa – Situação dos contratos	68
DOR5.6 – Contratação administrativa – Adjudicação por tipo de procedimento.....	69
DOR5.7 – Transferências e subsídios – Despesa	70
DOR5.8 – Transferências e subsídios – Receita.....	70
DOR5.9.2 – Dívidas por antiguidade de saldos.....	71

Índice de Figuras

Figura 1 - Organograma da Universidade NOVA de Lisboa.....	7
--	---

Índice de Quadros

Quadro 1 - Órgãos de Gestão e de Governo	10
Quadro 2 - Meios financeiros líquidos	11
Quadro 3 – Vidas úteis estimadas	16
Quadro 4 - Ativos intangíveis, quantias escrituradas.....	28
Quadro 5 - Ativos intangíveis, variações do período.....	29
Quadro 6 - Ativos intangíveis, adições do período.....	29
Quadro 7 - Ativos intangíveis, diminuições do período	30
Quadro 8 - Ativos fixos tangíveis, quantias escrituradas	32
Quadro 9 - Ativos fixos tangíveis, variações do período	32
Quadro 10 - Ativos fixos tangíveis, adições do período	33
Quadro 11 - Ativos fixos tangíveis, diminuições do período.....	34
Quadro 12 - Ativos fixos tangíveis, excedentes de revalorização	34

Quadro 13 - Inventários	35
Quadro 14 - Inventários, movimentos do período.....	35
Quadro 15 - Prestações de serviços e concessões	37
Quadro 16 - Vendas.....	38
Quadro 17 - Juros e rendimentos similares obtidos	38
Quadro 18 - Outros rendimentos.....	39
Quadro 19 - Impostos, contribuições e taxas.....	40
Quadro 20 - Transferências e subsídios correntes obtidos	41
Quadro 21 - Provisões	42
Quadro 22 - Diferenças de câmbio.....	43
Quadro 23 - Imparidades ativos	45
Quadro 24 - Instrumentos financeiros, ativos.....	45
Quadro 25 - Gastos com pessoal.....	46
Quadro 26 - Partes relacionadas, % controlo.....	47
Quadro 27 - Partes relacionadas, investimentos	48
Quadro 28 - Partes relacionadas, rendimentos/gastos imputados	49
Quadro 29 - Partes relacionadas, transações rendimentos/ganhos.....	50
Quadro 30 - Partes relacionadas, transações gastos/perdas.....	50
Quadro 31 - Partes relacionadas, saldos.....	50
Quadro 32 - Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis.....	51
Quadro 33 - Clientes, contribuintes e utentes	51
Quadro 34 - Estado e Outros Entes Públicos.....	52
Quadro 35 - Outras contas a receber	53
Quadro 36 - Diferimentos ativos	53
Quadro 37 - Diferimentos passivos	54
Quadro 38 - Fornecedores	54
Quadro 39 - Fornecedores de investimento	55
Quadro 40 - Outras contas a pagar	55
Quadro 41 - Fornecimentos e serviços externos.....	57
Quadro 42 - Transferências e subsídios concedidos	58
Quadro 43 - Prestações sociais.....	59
Quadro 44 - Outros gastos e perdas	60
Quadro 45 - Juros e gastos similares suportados.....	61
Quadro 46 - Património líquido.....	61
Quadro 47 - Demonstração do desempenho orçamental	63
Quadro 48 - Demonstração de execução orçamental de receita	64
Quadro 49 - Demonstração de execução orçamental de despesa	65
Quadro 50 - Alterações orçamentais da receita	66
Quadro 51 - Alterações orçamentais da despesa.....	67
Quadro 52 - Operações de tesouraria.....	68
Quadro 53 - Contratação administrativa – Adjudicação por tipo de procedimento	69
Quadro 54 - Dívidas por antiguidade de saldos	71

Anexos, Relatórios e Pareceres às Contas
Anexo às Demonstrações Financeiras – SNC-AP

Nota 1 - Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico

1.1 Identificação da entidade, período de relato

Designação da entidade: Universidade NOVA de Lisboa (NOVA)

NIF: 501 559 904

Endereço: A NOVA possui a sua sede no Campus de Campolide, 1099-085 Lisboa

Código da classificação orgânica: 121 038 900

Tutela: Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

Regime jurídico: Fundação pública de direito privado

Regime financeiro: Autonomia administrativa, financeira e patrimonial

Legislação que criou a instituição e principal legislação aplicável

A Universidade NOVA de Lisboa foi fundada a 11 de agosto de 1973. Integrada numa estrutura de expansão e diversificação do ensino superior, a NOVA adotou, desde o início, um modelo estrutural considerado novo no contexto universitário português. Esta estrutura foi organizada de acordo com um modelo departamental e interdisciplinar, associado à Tecnologia, simultaneamente com as Ciências Sociais e Humanas e as Ciências Médicas.

Em 2007, a publicação do RJIES revogou um conjunto de princípios legais para o setor da Educação e introduziu alterações no modelo de governança das Universidades Portuguesas. Conforme previsto no artigo 172.º do RJIES, as universidades têm a possibilidade de decisão sobre o modelo de gestão: Instituto Público de Regime Especial vs. Fundação Pública de Direito Privado.

Através do Decreto-Lei n.º 20/2017, de 21 de fevereiro, e com a consequente aprovação dos novos Estatutos da Universidade NOVA de Lisboa, homologados pelo Despacho Normativo n.º 2/2017, de 2 de maio, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 91, de 11 de maio, retificado pela Declaração de Retificação n.º 482-A/2017, de 7 de julho, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 138, de 19 de julho, deu-se a transformação da Universidade NOVA de Lisboa em fundação pública com regime de direito privado.

Os Estatutos da NOVA foram publicados no DR n.º 91, 2ª série, de 11 de maio de 2017 e posteriormente a Declaração de Retificação n.º 482-A/2017 foi publicada no DR n.º 138, 2ª série, de 19 de julho de 2017, a 1ª alteração.

De acordo com o publicado nos Estatutos da NOVA:

- i) A Universidade NOVA de Lisboa é uma fundação pública com regime de direito privado, dotada de autonomia estatutária, científica, cultural, pedagógica, administrativa, financeira, patrimonial e disciplinar, nos termos da Constituição e da lei.
- ii) A Universidade NOVA de Lisboa adota a designação de «Universidade NOVA de Lisboa» em língua portuguesa e de «NOVA University Lisbon» em língua inglesa.
- iii) A Universidade NOVA de Lisboa tem sede em Lisboa.



- iv) A Universidade NOVA de Lisboa pode, nos termos da lei, criar unidades orgânicas fora da sua sede.
- v) A Universidade NOVA de Lisboa integra as unidades orgânicas constantes do Anexo I aos presentes estatutos, considerando -se a lista constante do anexo automaticamente atualizada em resultado da criação, extinção ou modificação de unidades orgânicas.

A Universidade NOVA de Lisboa, enquanto instituição de ensino superior pública, tem por missão servir a sociedade a nível local, regional e global, pelo avanço e disseminação do conhecimento e da compreensão entre culturas, sociedades e pessoas, através de um ensino e de uma investigação de excelência e de uma prestação de serviços sustentados num forte sentido de comunidade e com as seguintes componentes:

- i) Um ensino com perfil internacional, com ênfase nos segundos e terceiros ciclos, mas fundado em primeiros ciclos sólidos, focado nos seus estudantes e dotando-os de conhecimentos rigorosos, criatividade, espírito crítico e sentido de cidadania e de justiça que lhes permita o sucesso profissional e a liderança;
- ii) Uma investigação colaborativa, responsável e internacionalmente relevante, privilegiando áreas interdisciplinares e incluindo a investigação orientada para a resolução dos problemas que afetam a sociedade;
- iii) Uma prestação de serviços promotora da solidariedade e do desenvolvimento sustentável, nos planos da saúde, económico, tecnológico, cultural e social, alicerçada na região de Lisboa e comprometida a nível nacional e internacional, dedicando particular atenção aos países onde se fala a língua portuguesa;
- iv) Uma base alargada de participação interinstitucional voltada para a integração das diferentes culturas científicas, com vista à criação de sinergias inovadoras em todas as áreas da sua atividade.

A Universidade NOVA de Lisboa perfilha, entre outros, os seguintes valores:

- i) A liberdade de opinião e de expressão e a promoção do pluralismo;
- ii) A igualdade de tratamento e de oportunidades para todas as pessoas, independentemente da sua ascendência, nacionalidade, género, raça, língua, origem étnica, território de origem, religião ou crença, deficiência, idade, orientação sexual, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica ou condição social;
- iii) A prossecução da excelência em todas as suas áreas de atividade;
- iv) A honestidade, a integridade e a responsabilidade em todas as ações;
- v) A independência em relação a interesses alheios à prossecução dos seus objetivos;
- vi) O reconhecimento e a recompensa do mérito;
- vii) O compromisso com o serviço público, como decorre da sua natureza pública;
- viii) O compromisso com a valorização, nos diversos planos, de todos quantos nela desenvolvem a sua atividade.

A Universidade NOVA de Lisboa tem as atribuições previstas na lei e as necessárias ao pleno exercício da sua missão, em particular:

- i) A oferta de ciclos de estudos visando a atribuição dos graus académicos de licenciado, mestre e doutor, bem como cursos e atividades de especialização e de aprendizagem ao longo da vida; A realização de investigação científica fundamental e aplicada de alto nível, promovendo a difusão dos seus resultados, a valorização social e económica do conhecimento, designadamente a transferência de tecnologia, bem como o apoio à definição de políticas públicas e à inovação;

- ii) A criação de um ambiente educativo que promova a qualidade de vida e de trabalho dos estudantes e dos trabalhadores-estudantes, em particular através da ação social e de programas que fomentem o espírito de iniciativa, o empreendedorismo, as atividades artísticas, culturais e desportivas, o respeito pela diversidade cultural e social, bem como as condições para o livre exercício do associativismo estudantil;
- iii) A criação de canais de ligação ao mercado de trabalho que fomentem a inserção e a integração bem-sucedidas dos diplomados na vida ativa;
- iv) O estabelecimento de formas de recrutamento e de seleção dos seus estudantes, docentes e investigadores, que assegurem a independência na avaliação do mérito individual e a competitividade internacional, nos termos da lei;
- v) A prestação de serviços à comunidade e o estabelecimento de parcerias com outras entidades públicas e privadas, designadamente empresariais, não -governamentais e associativas;
- vi) A criação de mecanismos rigorosos de avaliação interna e externa, cujos resultados se reflitam na afetação de recursos e na adoção de medidas de melhoria da qualidade, bem como de mecanismos de garantia da qualidade e de prestação de contas à sociedade, baseados em padrões internacionais;
- vii) A internacionalização e a cooperação cultural, científica e tecnológica, através do estabelecimento de parcerias com instituições congéneres e da mobilidade dos membros da sua comunidade académica;
- viii) O apoio ao desenvolvimento numa perspetiva de valorização recíproca e de aproximação entre os povos, com especial destaque para a cooperação transversal com os países de língua portuguesa;
- ix) A instituição de prémios e incentivos destinados a reconhecer o mérito, a distinguir a qualidade e a apoiar atividades que valorizem a Universidade NOVA de Lisboa nos âmbitos nacional e internacional;
- x) O patrocínio da ligação dos antigos alunos da Universidade NOVA de Lisboa à sua alma mater, nomeadamente pela promoção de redes de *alumni*;
- xi) A produção e difusão do conhecimento da cultura e da língua portuguesas no país e no mundo através de atividades de divulgação científica;
- xii) A realização pessoal e profissional dos seus trabalhadores, garantindo as melhores condições para as suas formações e qualificação;
- xiii) O aprofundamento da relação com a polis, contribuindo para enriquecer a sua vida cultural, artística, educativa, científica e social e para projetar o nome da área metropolitana de Lisboa no mundo.

Estrutura Organizacional Efetiva

A NOVA integra na sua organização, as seguintes entidades:

- Reitoria

É o serviço de apoio central à governação da Universidade e goza de autonomia administrativa e financeira.

- Serviços de Ação Social

São um serviço autónomo cuja missão é executar políticas de ação social escolar, através da prestação dos competentes apoios diretos e indiretos, benefícios e serviços, de forma a contribuir para favorecer o acesso e o sucesso dos estudantes da Universidade NOVA de Lisboa.

2 N

- **Unidades Orgânicas**

As unidades orgânicas da Universidade NOVA de Lisboa têm autonomia administrativa e financeira e as competências definidas na lei e nos respetivos estatutos.

As contas das entidades incluídas nas Demonstrações Financeiras foram, as seguintes entidades:

Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade NOVA de Lisboa (FCT)

- Sede: Quinta da Torre. 2829-516 Caparica

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa (FCSH)

- Sede: Avenida de Berna 26- C. 1069-061 Lisboa

NOVA School of Business and Economics (Nova SBE)

- Sede: Campus de Carcavelos. Rua da Holanda. n.º1. 2775-405 Carcavelos

NOVA Medical School (NMS|FCM)

- Sede: Campo dos Mártires da Pátria nº 130

Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa (FD)

- Sede: Travessa Estevão Pinto. Campus de Campolide. 1099-032 Lisboa

Instituto de Higiene e Medicina Tropical da Universidade NOVA de Lisboa (IHMT)

- Sede: Rua da Junqueira. nº 100. 1349-008 Lisboa

NOVA Information Management School (NOVA IMS)

- Sede: Travessa Estevão Pinto. Campus de Campolide. 1070-312 Lisboa

Instituto de Tecnologia Química e Biológica António Xavier da Universidade NOVA de Lisboa (ITQB)

- Sede: Avenida da República. Estação Agronómica Nacional. 2780-157 Oeiras

Escola Nacional de Saúde Pública da Universidade NOVA de Lisboa (ENSP)

- Sede: Avenida Padre Cruz. 1600-560 Lisboa

Reitoria da Universidade NOVA de Lisboa

- Sede: Campus de Campolide. 1099-085 Lisboa

Serviços de Ação Social da Universidade NOVA de Lisboa (SASNOVA)

- Sede: Campus de Campolide, 1099-085 Lisboa

Organograma

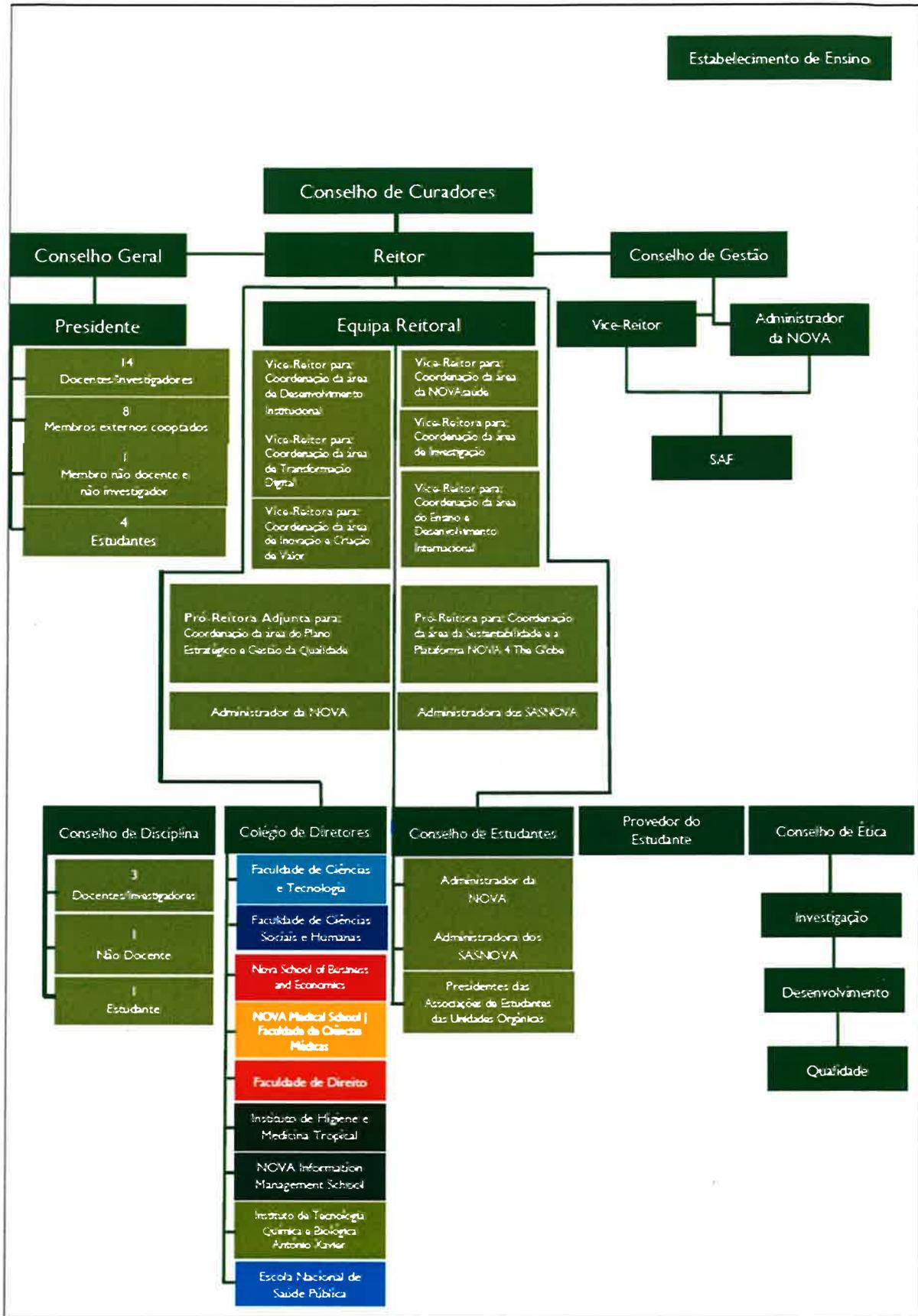


Figura 1 - Organograma da Universidade NOVA de Lisboa

Handwritten signature

Ao Conselho Geral compete, nomeadamente, aprovar o orçamento, aprovar os planos estratégicos e as contas consolidadas anuais.

O Reitor é o órgão superior de governo e de representação externa da Universidade, cabendo-lhe a condução da política da instituição e a presidência do Conselho de Gestão.

O Conselho de Gestão da NOVA, atualmente, constituído pelo Reitor, um Vice-Reitor e a Administradora da Universidade é o órgão deliberativo em matéria de gestão administrativa, financeira, patrimonial e de recursos humanos.

Ao Colégio de Diretores é integrado pelos diretores das Unidades Orgânicas da NOVA e presidido pelo Reitor. Compete pronunciar-se sobre quaisquer assuntos que lhe sejam submetidos pelo Reitor e é obrigatória a consulta a este órgão, designadamente, no que diz respeito ao Orçamento e contas anuais consolidadas.

O Conselho de Estudantes pode pronunciar-se, a pedido do Reitor, sobre quaisquer assuntos relacionados com atividades dos estudantes.

O Conselho de Disciplina é um órgão consultivo da NOVA, na área disciplinar. É composto por três docentes ou investigadores, escolhidos pelo Reitor; por um não docente, designado pelo Administrador da NOVA; e por um estudante, designado pelo Conselho de Estudantes.

O Provedor do Estudante, nomeado pelo Reitor, aprecia as reclamações colocadas pelos estudantes contra “atos ou omissões” dos órgãos da NOVA e emite recomendações.

A Universidade NOVA de Lisboa integra seis Faculdades, três Institutos e os serviços da Reitoria e de Ação Social:

- Faculdade de Ciências e Tecnologia [FCT NOVA]
- Faculdade de Ciências Sociais e Humanas [NOVA FCSH]
- Nova School of Business and Economics [Nova SBE]
- NOVA Medical School | Faculdade de Ciências Médicas [NMS | FCM]
- NOVA School of Law/Faculdade de Direito [NSL]
- Instituto de Higiene e Medicina Tropical [IHMT NOVA]
- NOVA Information Management School [NOVA IMS]
- ITQB NOVA — Instituto de Tecnologia Química e Biológica António Xavier [ITQB NOVA]
- Escola Nacional de Saúde Pública [ENSP NOVA]
- Reitoria da Universidade NOVA de Lisboa [Reitoria]
- Serviços de Ação Social da Universidade NOVA de Lisboa [SASNOVA]

Órgãos de Gestão

Órgãos	Composição	Cargo	Membros	
Conselho Geral		Presidente	Dr.ª Maria Estela Barbot	
		Vice-Presidente	Dr. Salvador de Mello	
	Individualidades Externas Membros cooptados			Dr. Luís Araújo
				Dr.ª Inês de Medeiros
				Dr.ª Luísa Alexandra Ramos Amorim
			Dr. João Cadete de Matos	
			Dr.ª Graça Andresen Guimarães	
	Professores ou investigadores		Prof. Doutor Nuno Manuel Robalo Correia	

Órgãos	Composição	Cargo	Membros
			Prof.ª Doutora Maria Regina Faia Martins Salvador Prof. Doutor Fernando Eduardo Barbosa Nolasco Prof.ª Doutora Maria Antonieta Ejarque da Cunha e Sá Prof.ª Doutora Ana Barroso Abecasis Prof. Doutor Manuel José Vilares Prof.ª Doutora Lígia Raquel Mendonça Faria Marques Saraiva Prof. Doutor João Nuno Zenha Martins Prof.ª Doutora Maria Paula Marçal Grilo Lobato Faria Prof.ª Doutora Maria Paula Baptista da Costa Antunes Prof. Doutor Rogério Miguel do Deserto Rodrigues de Puga Prof.ª Doutora Helena Cristina de Matos Canhão Prof. Doutor Luís Miguel Rainho Catela Nunes Prof. Doutor Jorge Manuel Trigo de Almeida Simões
	Representante não docente e não investigador		Dr.ª Ana Rita Raposo Pereira Marante Rodrigues
	Representantes do Conselho de Estudantes		Joana Pais Correia João Pedro G. Vassal Joana Freitas Afonso Andrade
	Reitor		Prof. Doutor João Sàágua
Equipa Reitoral	Reitor	Presidente	Prof. Doutor João Sàágua
	Vice-Reitor		Prof. Doutor José Ferreira Machado
	Vice-Reitor		Prof. Doutor José Fragata
	Vice-Reitora		Prof.ª Doutora Elvira Fortunato
	Vice-Reitor		Prof. Doutor João Amaro de Matos
	Vice-Reitor		Prof. Doutor José Alferes
	Pró-Reitora Adjunta		Prof.ª Doutora Isabel Nunes
	Vice-Reitora		Prof.ª Doutora Isabel Rocha
	Pró-Reitora		Prof.ª Doutora Júlia Seixas
	Administrador da NOVA		Dr. José Francisco Angelino Branco
	Administradora dos SASNOVA		Dr.ª Paula Machado
Colégio de Diretores	Reitor	Presidente	Prof. Doutor João Sàágua
	Diretor FCT		Prof. Doutor Virgílio Machado
	Diretor FCSH		Prof. Doutor Luís Vicente Baptista
	Diretor Nova SBE		Prof. Doutor Daniel Traça
	Diretor NMS/FCM		Prof. Doutor Jaime da Cunha Branco
	Diretor NSL/FD		Prof.ª Doutora Mariana França Gouveia
	Diretor IHMT		Prof. Doutor Filomeno Fortes
	Diretor NOVA IMS		Prof. Doutor Pedro Saraiva
	Diretor ITQB		Prof. Doutor Cláudio M. Soares
	SubDiretor ENSP		Prof. Doutor Rui Santana

Órgãos	Composição	Cargo	Membros
Conselho de Estudantes	Reitor	Presidente	Prof. Doutor João Sàágua
	Administrador da NOVA		Dr. José Branco
	Administradora dos SASNOVA		Dr.ª Paula Machado
	Presidente da AEFCT		Edgar Coimbra
	Presidente da AEFCSH		José Pinhò
	Presidente da AENova SU/SBE		Tomás Rodrigues
	Presidente da AEFCM		Joana Amado
	Presidente da AENSL		Marta Pena
	Presidente da AENOVA IMS SU		Filipa Nunes
	Presidente da AEENSP		José Chen
Conselho de Disciplina	Docentes	Presidente	Prof. Dr. João Zenha Martins
			Prof.ª Doutora Susana Barreiros
			Prof.ª Doutora Maria Antónia Coutinho
	Não Docente		Dr.ª Lurdes Pedro
Estudante		João Pedro Vassal	
Conselho de Gestão	Reitor	Presidente	Prof. Doutor João Sàágua
	Více-Reitor		Prof. Doutor José Ferreira Machado
	Administrador da NOVA		Dr. José Francisco Angelino Branco
Provedora do Estudante		Provedora	Prof.ª Doutora Teresa Araújo

Quadro 1 - Órgãos de Gestão e de Governo

Fiscal Único

A empresa DFK & Associados, SROC, S.A. com número de identificação fiscal 504 012 681 é o Fiscal Único da Universidade NOVA de Lisboa (concurso público, com publicidade de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do CCP, com referência 03/CPI/2019), iniciando-se a prestação do serviço em 31-01-2020.

Recursos Humanos

Com referência a 31 de dezembro de 2021, a NOVA tinha 3 729 colaboradores, entre pessoal docente, pessoal não docente e investigadores, tendo-se verificado um aumento de 265 colaboradores (7,7%) face ao seu período homólogo.

1.2 Referencial contabilístico e demonstrações financeiras

a) Referencial contabilístico

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas em conformidade com o Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro (com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei nº 85/2016, de 21 de dezembro) – Sistema de Normalização Contabilístico para as Administrações Públicas, o qual foi aplicado pela primeira vez ao exercício de 2019.

As notas apresentadas seguem o estabelecido na NCP 1 – Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras, pelo que os números das notas em falta não são aplicáveis à NOVA ou não se consideraram materialmente relevantes.

Derrogações de disposições do SNC-AP

No período findo em 31 de dezembro de 2021, não se verificou a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC-AP.

A NOVA não implementou a NCP 27 – Contabilidade de Gestão, uma vez que não foi possível desenvolver os processos suficientes que permitissem obter a informação necessária ao cumprimento dos requisitos dessa norma.

b) Comparabilidade

As presentes demonstrações financeiras são comparáveis às demonstrações financeiras do exercício anterior.

c) Caixa e depósitos bancários

A desagregação dos valores inscritos na rubrica do Balanço de Caixa e Depósitos Bancários a 31 de dezembro de 2021, por comparação com o período anterior, apresenta-se no quadro seguinte:

Conta	31/12/2021	31/12/2020
Caixa	5 577 €	5 500 €
Depósitos à ordem	52 980 211 €	38 202 779 €
Depósitos à ordem no Tesouro	41 154 130 €	29 996 765 €
Depósitos bancários à ordem	11 826 081 €	8 206 015 €
Total de caixa e depósitos	52 985 788 €	38 208 280 €

Quadro 2 - Meios financeiros líquidos

A rubrica de Caixa e Depósitos Bancários destina-se a registar os meios financeiros líquidos, que incluem quer o dinheiro e depósitos bancários, quer todos os ativos ou passivos financeiros mensurados ao justo valor.

À data de relato, a rubrica evidencia um montante de 52 985 788 EUR, verificando-se assim um acréscimo de 14 777 508 EUR (38,7%) face ao seu período homólogo. Este montante apresenta um peso no valor total do ativo de 12,4 %.

No final do exercício em análise, para os saldos de caixa e seus equivalentes supracitados, não se verificam montantes que não se encontrem disponíveis para uso.

2

Nota 2 - Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

As principais políticas contabilísticas e critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram as seguintes:

2.1 Bases de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com a NPC 1 – Estrutura e Conteúdos das Demonstrações Financeiras. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

Apresentação apropriada e conformidade com as NCP

As presentes demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade. Representam de forma fiel os efeitos das transações, outros acontecimentos e condições, de acordo com a definição e critérios de reconhecimento de ativos, passivos, rendimentos e gastos estabelecidos na estrutura concetual e nas NCP.

Informação comparativa

Respeitando o Princípio de Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas foram adotadas de maneira consistente ao longo do tempo. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação serão divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada;
- c) Razão para reclassificação.

Consistência de apresentação

Não obstante o referido acima, acerca da comparabilidade, sempre que possível, as demonstrações financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação, quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

Materialidade e agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. Cada classe material de itens semelhantes é apresentada separadamente nas demonstrações financeiras. Os itens de

natureza ou função dissemelhante serão apresentados separadamente, a menos que sejam imateriais.

Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não foram sujeitos a compensações, exceto os que forem exigidos por uma NCP.

Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a NOVA continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há intenção nem a necessidade, de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações.

2.2 Outras políticas contabilísticas relevantes

As principais políticas contabilísticas e critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

a) Ativos Intangíveis

Mensuração

Os ativos intangíveis são contabilizados de acordo com a NCP 3 – Ativos Intangíveis e encontram-se reconhecidos e mensurados pelo seu custo de aquisição, menos amortizações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

Esta rubrica compreende, essencialmente, licenças de *software*, programas de computador, marcas e patentes.

Um ativo intangível apenas é reconhecido quando for provável que dele advenham benefícios económicos futuros ou potencial de serviço esperado e se o custo ou justo valor do ativo possa ser mensurado com fiabilidade.

Quando um ativo intangível é adquirido através de uma transação sem contraprestação, o seu custo inicial à data de aquisição é o seu justo valor nessa data. Dada a dificuldade em mensurar com fiabilidade o justo valor de alguns destes ativos, nomeadamente legados constituídos por espólios pessoais de figuras relevantes da história e cultura, aqueles não se encontram reconhecidos.

A quantia amortizável de um ativo intangível é imputada numa base sistemática durante a sua vida útil. A amortização, calculada numa base duodecimal, começa quando o ativo está disponível para uso e se encontra nas condições necessárias para operar da forma pretendida pelo órgão de gestão. Para este efeito são tidas em consideração as vidas úteis de referência previstas no Classificador complementar 2 – Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis,

intangíveis e propriedades de investimento, desde que não se mostrem contrárias às estimativas de utilização do ativo, tendo em consideração a sua obsolescência ou outro desgaste que ocorra nas circunstâncias em que ele é utilizado. Nesta situação, são casuisticamente justificadas as razões que explicam uma eventual alteração do tempo de vida útil.

Método de depreciação

O método de amortização deve refletir o padrão pelo qual se espera que os benefícios económicos futuros ou potencial de serviço sejam consumidos pela entidade. O método de amortização utilizado no período de relato é o método da linha reta.

Vida útil

As licenças de *software* e programas de computador têm uma vida útil estimada entre 1 a 3 anos.

Desreconhecimento

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate destes ativos são determinadas como a diferença entre o preço de venda e a quantia escriturada na data de alienação/abate, sendo registadas como "Outros rendimentos" ou "Outros gastos".

b) Ativos Fixos Tangíveis

Mensuração inicial

Um ativo fixo tangível é inicialmente mensurado ao custo de aquisição, o qual inclui:

- Preço de compra que inclui direitos de importação, impostos não dedutíveis ou reembolsáveis, após dedução de descontos comerciais;
- Custos diretos para colocar o ativo no local e nas condições necessárias para ser usado, tais como desbravamento de terrenos, movimentação de terras e drenagem, gastos adicionais com a adaptação das máquinas e de instalações;
- Estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção do item, e de restauração do local no qual este está localizado.

São ainda incluídos no custo de aquisição, quaisquer bens necessários por razões de segurança ou ambientais que não tragam influxos adicionais, pois sem eles o bem pode não entrar em funcionamento, logo não irá gerar quaisquer influxos.

Quando estamos perante ativos fixos tangíveis adquiridos sem contraprestação, a mensuração é efetuada como segue:

- Bens Imóveis – ao valor patrimonial tributário (VPT);
- Outros ativos tangíveis – ao custo do valor recebido ou, na falta deste, o respetivo valor de mercado.

Pelo montante do ativo reconhecido deve ser reconhecido um rendimento, exceto até ao ponto em que for também reconhecido um passivo relativo ao mesmo ativo (subsequentemente quando o passivo for reduzido o rendimento é reconhecido).

No entanto, se essa transferência satisfizer a definição de contribuições dos proprietários, não é reconhecido nem um passivo nem um rendimento, mas sim um incremento no património líquido (conta 5942 – doações obtidas – em outros ativos).

Quando um ativo fixo tangível é adquirido numa transação em que o respetivo pagamento é diferido no tempo, quer o ativo quer o passivo são reconhecidos ao custo amortizado de acordo com o método do juro efetivo.

No reconhecimento inicial de um ativo fixo tangível adquirido numa transação de troca de um ativo não monetário por outro, o custo do ativo fixo tangível adquirido deve ser o seu justo valor, exceto se:

- A transação com contraprestação não tiver substância comercial;
- O justo valor do ativo recebido e o justo valor do ativo cedido não possam ser mensurados com fiabilidade, situação em que o ativo adquirido é mensurado pela quantia escriturada do ativo cedido;
- Ambos puderem ser fiavelmente mensurados, o custo é o justo valor do ativo cedido (a menos que o justo valor do ativo adquirido seja claramente mais evidente).

Mensuração subsequente

Subsequentemente, um ativo fixo tangível é mensurado pelo seu custo menos a depreciação acumulada e menos qualquer perda de imparidade acumulada, se aplicável.

Estes ativos podem ser revalorizados quando os critérios e parâmetros para a revalorização estão definidos em dispositivo legal adequado. O valor do ativo revalorizado será o seu justo valor na data de revalorização menos a depreciação subsequente acumulada.

Custos subsequentes

O tratamento dos custos subsequentes relacionados com um ativo fixo tangível deve ser o seguinte:

- Custos de assistência técnica corrente – reconhecer como custos do exercício;
- Substituições de determinadas componentes em intervalos regulares – os respetivos custos devem adicionar-se à quantia escriturada do bem e devem ser desreconhecidos os itens substituídos;
- Grandes inspeções regulares (independentemente de partes do bem serem ou não substituídas) – os respetivos custos devem adicionar-se à quantia escriturada do bem e deve ser desreconhecida a quantia escriturada da anterior inspeção.

Vida útil

A vida útil de um ativo fixo tangível é determinada tendo em conta:

- A utilização esperada do ativo, que é avaliada por referência à capacidade ou à produção física esperada;
- O desgaste físico esperado (número de turnos, programa de reparações e manutenções e o cuidado e manutenção do ativo);
- A obsolescência técnica e comercial;
- Os limites de natureza legal ou outra sobre o uso do ativo.

O ativo é depreciado ao longo da sua vida útil. Cada parte de um ativo tangível cujo custo seja significativo em relação ao custo total deve ser depreciada separadamente, podendo agregar-se componentes que tenham a mesma vida útil.

Os terrenos e edifícios são ativos separáveis que são contabilizados separadamente mesmo se adquiridos em conjunto.

As taxas de depreciação estão em conformidade com o estabelecido no Classificador Complementar. Para o exercício em análise, os períodos de vidas úteis estimadas são os seguintes:

Classe de bens	Anos
Edifícios e outras construções	1 a 150 anos
Equipamento básico	1 a 25 anos
Equipamento de transporte	1 a 10 anos
Equipamento administrativo	1 a 100 anos
Equipamentos biológicos	3 anos
Outros ativos fixos tangíveis	1 a 10 anos

Quadro 3 – Vidas úteis estimadas

Método de depreciação

O método de depreciação reflete o padrão pelo qual se espera que os benefícios económicos futuros ou o potencial de serviço sejam consumidos pela entidade. O método utilizado é o das quotas constantes.

Valor residual

A quantia depreciável de um ativo é calculada após a dedução do seu valor residual. A estimativa do valor residual deve ser revista em cada data de relato. Qualquer alteração à estimativa inicial é contabilizada no exercício corrente ou em exercícios futuros, tal como previsto na NCP 2.

É presunção da norma que o valor residual de um ativo fixo tangível é geralmente insignificante e, por isso, imaterial no cálculo da quantia depreciável.

2

Imparidade

Sempre que existam indícios de imparidade (fontes internas e externas), é testado o ativo quanto à sua imparidade.

A quantia escriturada do ativo é reduzida para a sua quantia recuperável se, e apenas se, a quantia recuperável for menor do que a quantia escriturada. Essa redução é uma perda por imparidade que deve ser reconhecida imediatamente nos resultados.

Quando a quantia estimada de uma perda por imparidade for maior do que a quantia escriturada do ativo, a quantia escriturada do ativo deve ser reduzida para zero ou ser reconhecido um passivo se, e apenas se, isso for exigido por uma outra NCP.

O encargo da depreciação/amortização deve ser ajustado em períodos futuros em função da quantia escriturada revista do ativo.

Caso as situações que estão na base da imparidade se alterem, é efetuada a reversão da perda por imparidade. Esta reversão tem como consequência um aumento do valor do ativo para a sua quantia recuperável e deve ser reconhecida imediatamente em resultados.

No entanto, a quantia escriturada acrescida de um ativo que seja atribuível a uma reversão de uma perda por imparidade, não deve exceder a quantia escriturada que teria sido determinada (líquida de depreciação/amortização) se não tivesse sido reconhecida perda por imparidade no ativo em períodos anteriores.

Após o reconhecimento da reversão, o encargo com a depreciação/amortização ou o valor residual deve ser revisto e ajustado de acordo com a NCP aplicável ao ativo.

Desreconhecimento

Um ativo fixo tangível é desreconhecido:

- Na data de alienação (incluindo alienação através de uma transação sem contraprestação); ou
- Quando for permanentemente retirado do uso e da sua alienação não se esperam benefícios económicos futuros ou potencial de serviço.

A alienação de um ativo fixo tangível pode ocorrer:

- Por venda – aplicada a NCP 13 – Rendimento de Transações com Contraprestação para reconhecimento do rendimento da venda de bens.
- Por celebração de uma locação financeira – aplicada a NCP 6 – Locações a uma alienação efetuada ao celebrar uma locação financeira ou a uma venda seguida de locação.

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação de ativo fixo tangível são determinados como a diferença entre os rendimentos líquidos da alienação e a quantia escriturada do ativo e

2

são reconhecidos nos resultados (a menos que a NCP 6 - Locações exija de forma diferente no caso de uma venda seguida de locação) no período do abate ou alienação.

Se o pagamento de um ativo fixo tangível for diferido, a retribuição recebida deve ser reconhecida inicialmente pelo preço a dinheiro equivalente e a diferença entre a quantia nominal da retribuição e o preço a dinheiro equivalente deve ser reconhecida como rendimento de juro segundo a NCP 13 – Rendimento de Transações com Contraprestações usando o modelo do juro efetivo.

c) Participações Financeiras

Os investimentos financeiros em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas podem ser mensurados:

- Em conformidade com a NCP 18 – Instrumentos Financeiros (justo valor ou ao custo); ou
- Ao método da equivalência patrimonial conforme previsto na NCP 23 – Investimentos em Associados e Empreendimentos Conjuntos.

Pelo método do custo, o investimento é reconhecido inicialmente pelo seu custo de aquisição, sendo subsequentemente ajustado de quaisquer perdas por imparidade.

Pelo método do justo valor, o investimento vai sendo ajustado, pelo menos em cada data de reporte, para o seu justo valor nessa data. As variações de justo valor são reconhecidas em resultados do período em que ocorrem.

A opção de mensuração das participações financeiras ao justo valor só está disponível para as participadas cujos instrumentos de capital próprio sejam negociados publicamente ou, não o sendo, cujo seu justo valor possa ser obtido de forma fiável. A NCP 18 – Instrumentos Financeiros determina que o justo valor é apurado com base na cotação de mercado do instrumento, quando ele existe, ou com base em técnica de avaliação.

Pelo método da equivalência patrimonial, a quantia escriturada é aumentada ou diminuída para reconhecer a evolução da quota-parte da investidora nos resultados da participada depois da data da aquisição. A quota-parte da investidora nos resultados da participada é reconhecida nos resultados da investidora. As distribuições recebidas reduzem a quantia escriturada do investimento. O valor final da participação financeira irá incluir o valor determinado pela aplicação do método da equivalência patrimonial juntamente com quaisquer interesses de longo prazo que, em substância, façam parte do investimento líquido da investidora na participada.

d) Instrumentos Financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

Um ativo financeiro, um passivo financeiro ou um instrumento de capital só são reconhecidos quando a NOVA se torne numa parte contratual do instrumento.

No momento do reconhecimento inicial, os ativos e os passivos financeiros são mensurados ao justo valor.

Os instrumentos de capital próprio são inicialmente reconhecidos pela quantia de dinheiro recebido ou pelo justo valor dos recursos recebidos ou a receber em troca. Se o pagamento for diferido e o valor temporal do dinheiro for significativo, a mensuração deverá ser ao valor presente da quantia a receber.

Os custos de transação dos ativos e passivos financeiros são incluídos no custo de aquisição se esse ativo ou passivo não for subsequentemente mensurado pelo justo valor, caso em que são imediatamente reconhecidas em resultados do período.

Mensuração subsequente

Ativos e passivos financeiros

Todos os ativos financeiros são subsequentemente reconhecidos ao justo valor, com as alterações de justo valor a serem reconhecidas na demonstração dos resultados, com as seguintes exceções:

- Instrumentos de capital próprio de outras empresas não cotadas ou cujo justo valor não possa ser estimado com fiabilidade, bem como os derivados associados, os quais são mensurados ao custo menos perdas por imparidade;
- Contratos para conceder ou contrair empréstimos que não possam ser liquidados numa base líquida e que se espera que reúnam as condições para serem reconhecidos ao custo ou ao custo amortizados menos perdas por imparidade e que a entidade designe, no momento inicial, para serem mensurados ao custo menos perdas por imparidade;
- Ativos financeiros que a entidade designe, no momento do seu reconhecimento inicial, para serem mensurados ao custo amortizado usando o método do juro efetivo, menos perdas por imparidade;
- Ativos financeiros não derivados para serem detidos até à maturidade, os quais devem ser mensurados ao custo amortizado.

Um ativo financeiro pode ser mensurado ao custo amortizado se satisfazer todas as condições:

- Tem uma maturidade definida;
- Os retornos para o detentor são em montante fixo, de taxa de juro fixa durante o investimento ou taxa variável que seja um indexante típico de mercado ou que inclua *spread* sobre esse indexante;
- Não têm nenhuma cláusula que possa implicar perda do valor nominal e do juro acumulado (excluindo o risco de crédito).

Todos os passivos financeiros são subsequentemente reconhecidos ao custo amortizado usando o método do juro efetivo (“custo amortizado”), com a seguinte exceção:

- Passivos financeiros classificados como detidos para negociação, os quais devem ser mensurados ao justo valor através de resultado.
- Um passivo financeiro é classificado como detido para negociação se:
 - For suportado principalmente para a finalidade de o recomprar num prazo muito próximo;

- Fizer parte, aquando do reconhecimento inicial, de uma carteira de instrumentos financeiros identificados, que são geridos em conjunto e para os quais exista evidência de terem recentemente proporcionado lucros reais; ou
- For um derivado (exceto se for um instrumento de cobertura designado e eficaz).

Desreconhecimento

Ativos financeiros

Um ativo financeiro deve ser desreconhecido apenas quando:

- Os direitos contratuais aos fluxos de caixa resultantes do ativo financeiro expiram;
- A entidade transfere para outra parte todos os riscos e benefícios significativos relacionados com o ativo financeiro; ou
- A entidade transfere para outra entidade parte dos riscos e benefícios significativos relacionados com o ativo financeiro.

Qualquer diferença entre a retribuição recebida e a quantia reconhecida e desreconhecida deve ser incluída na demonstração dos resultados do período da transferência.

Passivos financeiros

Um passivo financeiro (ou parte de um passivo financeiro) deve ser desreconhecido apenas quando este se extinguir, isto é, quando a obrigação estabelecida no contrato seja liquidada, cancelada ou tenha expirado.

Imparidade

De acordo com o §24 da NCP 18 – Instrumentos Financeiros, em cada data de relato, a NOVA avalia a imparidade de todos os ativos financeiros que não sejam mensurados ao justo valor através de resultados. Se existir uma evidência objetiva de imparidade, a NOVA reconhece uma perda por imparidade na demonstração de resultados.

O montante a reconhecer de perda por imparidade deverá ser mensurado da seguinte forma:

- Para ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade é a diferença entre a quantia registada e o valor presente (atual) dos fluxos de caixa estimados, os quais devem ser descontados com base na taxa de juro efetiva original do ativo financeiro; e
- Para ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade é a diferença entre a quantia registada e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados a uma taxa de retorno de mercado corrente para um ativo financeiro semelhante.

Reversão

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, se subseqüentemente o valor reconhecido como perda por imparidade diminuir e tal diminuição possa estar objetivamente

relacionada com um evento ocorrido após o reconhecimento da imparidade (como, por exemplo, uma melhoria na notação de risco do devedor), essa perda por imparidade deve ser revertida. A reversão da perda por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados.

A reversão não poderá resultar num aumento do valor que o respetivo ativo tinha antes de ter sido registada a perda por imparidade.

Quando se verificarem as condições de incobrabilidade que permitam o desreconhecimento dos ativos a que respeitem as imparidades, as contas de imparidade são debitadas por contrapartida das correspondentes contas da Classe 2.

Para os investimentos financeiros em participadas cujas ações não sejam negociadas publicamente e cujo justo valor não possa ser obtido de forma fiável, bem como derivados que estejam associados, nestes casos, é proibida a reversão das perdas por imparidade.

e) Transferências e Subsídios

Reconhecimento

Um subsídio (ou uma transferência) só será reconhecido após existir segurança de que:

- Serão cumpridas as condições a ele associada; e
- O mesmo será recebido.

Um subsídio não é reconhecido até que não haja segurança razoável de que a entidade cumprirá as condições a ele associadas, e que o subsídio será recebido.

Subsídios não reembolsáveis

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos capitais próprios e, subsequentemente:

- Os que respeitam a ativos fixos tangíveis depreciáveis e intangíveis amortizáveis devem ser imputados numa base sistemática como rendimentos de forma a que sejam balanceados com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem;
- Os que respeitem a ativos fixos tangíveis não depreciáveis devem ser mantidos nos capitais próprios, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

Subsídios reembolsáveis

Os subsídios reembolsáveis são contabilizados como passivos. Trata-se de um passivo financeiro tal como previsto nos instrumentos financeiros.

Um subsídio que inicialmente se tenha considerado não reembolsável e se torne reembolsável será contabilizado como uma revisão de uma estimativa contabilística, isto é, terá efeitos prospetivos.

f) Provisões e Passivos Contingentes

Uma provisão só é reconhecida quando, cumulativamente:

- Tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de um acontecimento passado;
- É provável que seja exigido um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço para pagar essa obrigação;
- Pode ser feita uma estimativa fiável da quantia dessa obrigação.

Uma provisão é mensurada pela melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data de relato. A melhor estimativa corresponde à quantia que a NOVA racionalmente pagaria para liquidar a obrigação à data de relato ou para a transferir para um terceiro nessa data.

As estimativas do desfecho e do efeito financeiro são determinadas pelo julgamento do órgão de gestão, tendo em consideração a experiência de transações similares e, em alguns casos, os relatórios de peritos independentes.

Para efetuar a estimativa, a NOVA determina o “valor esperado”, que é um método estatístico que tem em conta todos os possíveis desfechos e as respetivas probabilidades associadas.

Quando o efeito do valor temporal do dinheiro é materialmente relevante, a quantia de uma provisão deve ser o valor presente dos dispêndios que se esperam sejam necessários para liquidar a obrigação. Quando uma provisão for descontada para o seu valor presente, o valor da provisão aumentará em cada ano à medida que a provisão mais se aproximar do momento esperado de liquidação. A taxa de desconto a utilizar deve ser uma taxa antes de impostos que reflita simultaneamente avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e os riscos específicos do passivo em questão.

Este aumento no valor da provisão é reconhecido como um encargo financeiro na demonstração dos resultados.

As provisões são revistas em cada data de relato e ajustadas para refletirem a melhor estimativa corrente. Se deixar de ser provável que é necessário um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço para liquidar a obrigação, a provisão deve ser revertida. Uma provisão apenas é utilizada para dispêndios relativamente aos quais foi originalmente reconhecida.

Se estivermos perante um passivo contingente, o mesmo não é reconhecido. É divulgado, exceto se for remota a possibilidade de um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço.

Os passivos contingentes são continuamente avaliados para determinar se um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço se tornou provável. Quando se torna provável, deve ser reconhecida uma provisão nas demonstrações financeiras desse período.

g) Ativos Contingentes

Um ativo contingente não é reconhecido. Os ativos contingentes são continuamente avaliados para determinar se um influxo de benefícios económicos ou potencial de serviço ocorrerá e o valor do ativo pode ser mensurado com fiabilidade. Quando tal alteração ocorre, a NOVA reconhece o ativo e o rendimento relacionado nas demonstrações financeiras desse período.

Nessa avaliação contínua, se a NOVA determinar que se tornar provável um influxo de benefícios económicos ou potencial de serviço, então o ativo contingente que até aqui não era divulgado, passa a ser deve ser divulgado nas demonstrações financeiras desse período.

h) Rendimento – Transações com Contraprestação

Uma transação com contraprestação é uma transação na qual a entidade presta um serviço ou entrega um bem e em troca recebe um valor aproximadamente igual ao bem que entregou ou ao serviço que prestou. O rendimento inclui apenas os fluxos brutos de benefícios económicos ou potencial de serviços recebidos, e é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber.

Se a retribuição for recebida em forma de caixa ou equivalentes, o justo valor corresponde à quantia de caixa ou equivalentes de caixa a receber. Se esta retribuição for diferida no tempo, o justo valor será menor que o valor nominal, pois terá o efeito da passagem do tempo (desconto). A diferença entre o valor nominal e este justo valor é reconhecida como rendimento de juros de forma proporcional ao tempo.

Se a retribuição for recebida em forma de ativos, a mesma deve ser valorizada ao justo valor do ativo recebido.

Prestações de serviços

O rendimento de uma prestação de serviços é reconhecido quando o desfecho da transação poder ser estimado com fiabilidade, sendo o mesmo reconhecido de acordo com a percentagem de acabamento – método da percentagem de acabamento.

Vendas de bens

O rendimento da venda de bens é reconhecido quando tiverem sido satisfeitas todas as condições seguintes:

- A entidade tiver transferido para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens;
- Na maioria dos casos, a transferência dos riscos e vantagens da propriedade coincide com a transferência do título legal ou com a passagem da posse do ativo para o comprador;
- A entidade não manter envolvimento continuado na gestão a um nível usualmente associado à propriedade, nem o controlo efetivo sobre os bens vendidos.

Juros, royalties e dividendos

O rendimento proveniente do uso por terceiros de ativos da entidade que geram juros, royalties, e dividendos ou distribuições similares, deve ser reconhecido quando:

- For provável que os benefícios económicos ou potencial de serviço associado à transação fluirão para a entidade;
- A quantia do rendimento puder ser mensurada com fiabilidade.

i) Rendimento – Transações sem Contraprestação

Reconhecimento do ativo

A NOVA reconhece um ativo proveniente de uma transação sem contraprestação quando obtiver o controlo de recursos que satisfaçam a definição de um ativo e satisfaça os critérios de reconhecimento. Em vez de um ativo, poderá ser reconhecida uma diminuição do passivo (quando, por exemplo, o credor perdoa um passivo). Um influxo de recursos provenientes de uma transação sem contraprestação reconhecido como um ativo é reconhecido como rendimento, exceto até ao ponto em que for também reconhecido um passivo relativo ao mesmo influxo. Quando a obrigação que deu origem ao reconhecimento do passivo for satisfeita, deve ser reduzida a quantia do passivo reconhecido e reconhecer uma quantia de rendimento igual a essa redução.

Mensuração inicial do ativo

Um ativo adquirido através de uma transação sem contraprestação deve ser inicialmente mensurado pelo seu justo valor à data de aquisição (que corresponde à melhor estimativa do influxo de recursos para a entidade).

Impostos e taxas

O total da faturação relativa às propinas é reconhecido como dívida no momento de inscrição do estudante por contrapartida da relevação do correspondente Passivo (Diferimentos). Os rendimentos são reconhecidos numa base duodecimal na proporção de 4/12 no ano de inscrição, sendo os restantes 8/12 reconhecidos no ano seguinte, em consonância com o ano letivo. Findo cada ano letivo, a previsão anual de propinas é revista, de modo a refletir alterações nos rendimentos reconhecidos.

Transferências e subsídios correntes obtidos

As transferências/subsídios obtidos são reconhecidos quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que a NOVA cumprirá as condições exigidas para a sua concessão.

A dotação do Orçamento de Estado é atribuída anualmente à NOVA em conformidade com a Lei do Financiamento das Universidades, sendo o respetivo rendimento reconhecido mensalmente.

As transferências/subsídios obtidos afetos a despesas correntes e à depreciação e amortização de ativos são diferidos no Balanço, na rubrica de Diferimentos, sendo registados como rendimento do período (rubrica “Transferências e subsídios correntes obtidos”), na proporção, respetivamente, dos correspondentes gastos incorridos e dos gastos de depreciação e de amortização dos ativos durante a vida do projeto, independentemente do momento do recebimento dos mesmos.

As transferências/subsídios relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos no Património Líquido, sendo posteriormente reconhecidos na demonstração dos resultados (rubrica “Imputação de subsídios e transferências para investimentos”) numa base sistemática e racional durante os períodos contabilísticos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados, ou seja, na proporção dos respetivos gastos de depreciação e de amortização durante a vida útil dos ativos. No caso de o subsídio estar relacionado com ativos não depreciáveis, são mantidos no Património Líquido, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

As transferências/subsídios reembolsáveis são contabilizadas como Passivos, na rubrica “Financiamentos obtidos”.

j) Benefícios dos Empregados

A NOVA reconhece um passivo quando o empregado prestou o serviço em troca de benefícios a pagar no futuro e um gasto quando a entidade consumir os benefícios económicos decorrentes dos serviços prestados em troca de benefícios dos empregados. Os benefícios aos empregados incluem os salários, contribuições, férias anuais pagas e ausências por doença pagas.

k) Acontecimentos após a data de balanço

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existam à data do balanço (“*adjusting events*” ou acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data do balanço (“*non adjusting events*” ou acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

l) Partes Relacionadas

As partes são consideradas relacionadas se uma delas tiver a capacidade de controlar a outra parte, ou exercer influência significativa sobre a outra parte ao tomar decisões financeiras e operacionais, ou se a entidade relacionada e uma outra entidade estiverem sujeitas a controlo comum. As partes relacionadas incluem:

- Entidades que controlem ou sejam controladas diretamente, ou indiretamente através de um ou mais intermediários, pela entidade que relata;
- Associadas (NCP 23 — Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos);

- Indivíduos que possuem, direta ou indiretamente, um interesse na entidade que relata, que lhes confere influência significativa sobre a mesma, e membros próximos da família de qualquer um destes indivíduos;
- Pessoas chave da gestão, e membros próximos da família das mesmas; e
- Entidades em que um interesse substancial é detido, direta ou indiretamente, por qualquer pessoa descrita nas alíneas (c) ou (d), ou na qual tal pessoa é capaz de exercer influência significativa.

m) Regime do acréscimo

A NOVA regista os seus rendimentos e gastos de acordo com a base de acréscimo, onde os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do respetivo recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes gastos e perdas e rendimentos e ganhos são registadas nas rubricas “Outros créditos a receber”, “Outras dívidas a pagar” ou “Diferimentos”.

2.3 Principais pressupostos relativos ao futuro

Como mencionado anteriormente, as demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros contabilísticos da NOVA, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no presente anexo às demonstrações financeiras.

2.4 Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

- a) Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento;
- b) Análises de imparidade de ativos não correntes e ativos financeiros;

- c) Registo de ajustamentos aos valores dos ativos, nomeadamente, dívidas a receber de clientes;
- d) Estimativa de férias e subsídio de férias associados aos empregados;
- e) Reconhecimento do rendimento associado às taxas.

2.5 Erros materiais de períodos anteriores

No seguimento dos trabalhos de encerramento de contas, considerou-se necessário proceder a correções relativas a exercícios anteriores, e que foram agora reconhecidas na rubrica de resultados transitados, de modo a dar uma imagem mais verdadeira e apropriada das demonstrações conforme verificamos na nota 21 – outras divulgações, alínea n) património líquido) do presente anexo às Demonstrações Financeiras.



Nota 3 - Ativos intangíveis

3.1 Ativos intangíveis gerados internamente e outros ativos intangíveis

a) Vidas úteis ou taxas de amortização usadas:

É aplicado o Classificador Complementar 2 do Plano de Contas Multidimensional, publicado no Anexo ao Decreto-lei n.º 192/2015, de 11 de setembro.

Existem Fichas de Cadastro atualizadas à data de relato, onde consta, para cada elemento aplicável do ativo intangível, entre outra informação, a respetiva vida útil ou taxa de amortização, bem como a respetiva quantia escriturada líquida.

b) Método de amortização:

O método de amortização usado para os ativos intangíveis é o método das quotas constantes (ou da linha reta).

c) Quantia bruta escriturada no início de final do período:

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como as respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi a seguinte:

Rubricas	Início do período			Final do período				
	Quantia Bruta	Amortizações Acumuladas	Perdas por Imparidades Acumuladas	Quantia Escriturada	Quantia Bruta	Amortizações Acumuladas	Perdas por Imparidades Acumuladas	Quantia Escriturada
ATIVOS INTANGÍVEIS								
Programas de computador e sistemas de informação	10 873 828 €	(9 738 899 €)	0 €	1 134 929 €	8 931 596 €	(8 163 440 €)	0 €	768 156 €
Propriedade industrial e intelectual	986 255 €	(75 283 €)	0 €	910 972 €	920 643 €	(154 853 €)	0 €	765 790 €
Outros	1 147 €	(96 €)	0 €	1 051 €	3 104 €	(1 799 €)	0 €	1 305 €
Ativos intangíveis em curso	0 €	0 €	0 €	0 €	41 574 €	0 €	0 €	41 674 €
Total	11 861 230 €	(9 814 277 €)	0 €	2 046 953 €	9 897 016 €	(8 320 092 €)	0 €	1 576 924 €

Quadro 4 - Ativos intangíveis, quantias escrituradas

No exercício de 2021, a rubrica de Ativos intangíveis fixou-se em 1 576 924 EUR verificando-se assim uma diminuição de 470 029 EUR (23%) face ao seu período homólogo. Esta rubrica apresenta um peso relativo de 0,4% no total do Ativo.

d) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período:

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, ocorreram as seguintes variações:

Rubricas	Quantia Escriturada Inicial	Variações						Quantia Escriturada Final		
		Adições	Transferências internas à entidade	Revalorizações	Reversões de perdas por imparidade	Perdas por imparidade	Amortizações do período		Diferenças cambiais	Diminuições
ATIVOS INTANGÍVEIS										
Programas de computador e sistemas de informação	1 134 929 €	309 811 €	0 €	0 €	0 €	0 €	(674 082 €)	0 €	(2 503 €)	768 156 €
Propriedade industrial e intelectual	910 972 €	23 161 €	0 €	0 €	0 €	0 €	(79 570 €)	0 €	(88 773 €)	765 790 €
Outros	1 051 €	1 957 €	0 €	0 €	0 €	0 €	(1 703 €)	0 €	0 €	1 305 €
Ativos intangíveis em curso	0 €	41 674 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	41 674 €
Total	2 046 953 €	376 602 €	0 €	0 €	0 €	0 €	(755 355 €)	0 €	(91 276 €)	1 576 924 €

Quadro 5 - Ativos intangíveis, variações do período

As variações verificadas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, dizem respeito a adições (376 602 EUR), diminuições (91 276 EUR) e amortizações do período (755 355 EUR) para as várias sub-rubricas dos Ativos intangíveis. As adições e diminuições do exercício encontram-se analisadas nos dois pontos seguintes do presente relatório.

e) Adições do período:

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, ocorreram as seguintes adições:

Rubricas	Adições			
	Compra	Cessão	Outras	Total
ATIVOS INTANGÍVEIS				
Programas de computador e sistemas de informação	304 982 €	4 829 €	0 €	309 811 €
Propriedade industrial e intelectual	23 161 €	0 €	0 €	23 161 €
Outros	1 957 €	0 €	0 €	1 957 €
Ativos intangíveis em curso	41 674 €	0 €	0 €	41 674 €
Total	371 773 €	4 829 €	0 €	376 602 €

Quadro 6 - Ativos intangíveis, adições do período

Relativamente às adições de ativos intangíveis verificadas no exercício em análise, destacamos a adição do ERP/SINGAP pelo montante de 145 980 EUR e a aquisição e implementação da ferramenta Cloud Managed Services por parte da NOVA IMS, no âmbito do projeto SAMA, pelo montante de 25 106 EUR.

Para a sub-rubrica Ativos intangíveis em curso, as compras verificadas em 2021 dizem respeito ao software referente à gestão académica ao fornecedor Digitalis, Lda., e também o software do sistema de gestão e informação KOHA da biblioteca da ENSP.

f) Diminuições do período:

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, ocorreram as seguintes diminuições:

Rubricas	Diminuições				Total
	Alienação a título oneroso	Transferência ou troca	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	
ATIVOS INTANGÍVEIS					
Programas de computador e sistemas de informação	0 €	0 €	0 €	(2 503 €)	(2 503 €)
Propriedade industrial e intelectual	0 €	0 €	0 €	(88 773 €)	(88 773 €)
Outros	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Ativos intangíveis em curso	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Total	0 €	0 €	0 €	(91 276 €)	(91 276 €)

Quadro 7 - Ativos intangíveis, diminuições do período

Para as diminuições de ativos intangíveis verificadas em 2021, destacamos o abate da marca da Entidade Constitutiva FD pelo montante de 88 683 EUR.

g) Gastos/reversões de depreciações e amortização:

Os gastos/reversões de amortizações respeitantes a ativos intangíveis encontram-se refletidos na Demonstração de Resultados por Natureza.

3.2 Outras divulgações de ativos intangíveis:

a) Ativos intangíveis materialmente relevantes:

Relativamente aos ativos intangíveis materialmente relevantes, destacamos 333 236 EUR (valor líquido/escriturado) referente ao Software ERP SINGAP com um período de amortização remanescente a terminar em 2022.

b) Ativos intangíveis totalmente amortizados que ainda se encontrem em uso:

Os ativos intangíveis totalmente amortizados que ainda se encontrem em uso encontram-se listados no anexo n.º 1.

Nota 5 - Ativos fixos tangíveis

5.1 Ativos fixos tangíveis reconhecidos nas demonstrações financeiras:

a) Bases de mensuração:

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de janeiro de 2019, encontram-se registados ao seu custo de aquisição de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites até àquela data, deduzido das depreciações.

Na transição para o SNC-AP, os prédios rústicos e urbanos deveriam ter sido mensurados pelo seu Valor Patrimonial Tributário (VPT). Esta reavaliação está em curso, pelo que em 2022 todos os edifícios da NOVA deverão ser participados à matriz, dependendo o registo em nome da NOVA do despacho conjunto do Ministro das Finanças e do Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

Na transição manteve-se o critério de mensuração pelo método do custo para os restantes ativos não correntes.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após 1 de janeiro de 2019 são registados ao custo de aquisição líquidos das respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas. Os custos de aquisição ou produção incluem o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de localização que a empresa espera incorrer.

Os custos subsequentes são incluídos na quantia escriturada do bem ou reconhecidos como ativos separados, conforme apropriado, somente quando é provável que benefícios económicos futuros fluirão para a empresa e o custo possa ser mensurado com fiabilidade. Os custos com manutenção e reparações são reconhecidos como gastos no período em que ocorrem.

b) Método de depreciação usado:

As depreciações dos ativos fixos tangíveis são calculadas, após a data em que os bens se encontrem disponíveis para utilização, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil máximo dado constante no Classificador Complementar 2 do Plano de Contas Multidimensional, publicado no Anexo ao Decreto-lei n.º 192/2015, de 11 de setembro.

As despesas de conservação e/ou reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em melhorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos tangíveis foram registadas como gastos do período.

c) Vidas úteis ou taxas de depreciação usadas:

A NOVA possui as fichas de cadastro atualizadas à data de relato, onde consta, para cada elemento aplicável do ativo fixo tangível, entre outra informação, a respetiva vida útil ou taxa de depreciação, bem como a respetiva quantia escriturada líquida. A soma da quantia escriturada líquida à data de relato, em cada uma das fichas corresponde ao total da coluna "Quantia Escriturada" dos Quadros 8 e 9.

d) Quantia bruta escriturada no início e final do período:

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

Rubricas	Início do período			Final do período				
	Quantia Bruta	Depreciações Acumuladas	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia Escriturada	Quantia Bruta	Depreciações Acumuladas	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia Escriturada
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Património histórico, artístico e cultural	93 458 €	(1 526 €)	0 €	91 932 €	93 396 €	(1 526 €)	0 €	91 869 €
	93 458 €	(1 526 €)	0 €	91 932 €	93 396 €	(1 526 €)	0 €	91 869 €
Outros ativos fixos tangíveis								
Terrenos e recursos naturais	65 955 761 €	0 €	0 €	65 955 761 €	65 955 761 €	0 €	0 €	65 955 761 €
Edifícios e outras construções	206 364 631 €	(65 145 329 €)	0 €	141 219 302 €	208 759 071 €	(68 692 468 €)	0 €	140 066 603 €
Equipamento básico	73 835 232 €	(66 483 989 €)	0 €	7 351 243 €	77 327 198 €	(69 689 517 €)	0 €	7 637 681 €
Equipamento de transporte	153 890 €	(153 697 €)	0 €	193 €	153 890 €	(153 830 €)	0 €	60 €
Equipamento administrativo	26 391 049 €	(24 275 975 €)	0 €	2 115 074 €	27 373 748 €	(25 009 918 €)	0 €	2 363 830 €
Equipamentos biológicos	28 130 €	(3 907 €)	0 €	24 223 €	28 130 €	(13 284 €)	0 €	14 847 €
Outros	6 925 320 €	(6 201 364 €)	0 €	723 956 €	6 946 738 €	(6 338 450 €)	0 €	608 288 €
Ativos fixos tangíveis em curso	1 680 500 €	0 €	0 €	1 680 500 €	1 279 914 €	0 €	0 €	1 279 914 €
	381 334 514 €	(162 264 261 €)	0 €	219 070 253 €	387 824 451 €	(169 897 467 €)	0 €	217 926 984 €
Total	381 427 972 €	(162 265 787 €)	0 €	219 162 185 €	387 917 847 €	(169 898 993 €)	0 €	218 018 853 €

Quadro 8 - Ativos fixos tangíveis, quantias escrituradas

No exercício de 2021, a rubrica de Ativos fixos tangíveis fixou-se em 218 018 853 EUR verificando-se assim uma diminuição de 1 143 332 EUR (0,5%) face ao seu período homólogo. Esta rubrica apresenta um peso relativo de 51,1% no total do Ativo.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, ocorreram as seguintes variações:

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Variações							Quantia escriturada final		
		Adições	Transferências internas à entidade	Revalorizações	Reversões de perdas por imparidade	Perdas por imparidade	Depreciações do período	Diferenças cambiais		Diminuições	
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural											
Património histórico, artístico e cultural	91 932 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	(63 €)	91 869 €
	91 932 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	(63 €)	91 869 €
Outros ativos fixos tangíveis											
Terrenos e recursos naturais	65 955 761 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	65 955 761 €
Edifícios e outras construções	141 219 302 €	1 447 052 €	1 561 307 €	0 €	0 €	0 €	(3 548 306 €)	0 €	(541 081 €)	140 138 275 €	
Equipamento básico	7 351 243 €	3 925 400 €	38 744 €	0 €	0 €	0 €	(3 548 863 €)	0 €	(97 583 €)	7 668 942 €	
Equipamento de transporte	193 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	(133 €)	0 €	0 €	60 €	
Equipamento administrativo	2 115 074 €	1 244 689 €	0 €	0 €	0 €	0 €	(991 427 €)	0 €	(4 880 €)	2 363 456 €	
Equipamentos biológicos	24 223 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	(9 377 €)	0 €	0 €	14 847 €	
Outros	723 956 €	104 891 €	0 €	0 €	0 €	0 €	(216 112 €)	0 €	(4 447 €)	608 288 €	
Ativos fixos tangíveis em curso	1 680 500 €	1 096 906 €	(1 600 050 €)	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	1 177 356 €	
	219 070 253 €	7 818 939 €	0 €	0 €	0 €	0 €	(8 314 218 €)	0 €	(647 990 €)	217 926 984 €	
Total	219 162 185 €	7 818 939 €	0 €	0 €	0 €	0 €	(8 314 218 €)	0 €	(648 052 €)	218 018 853 €	

Quadro 9 - Ativos fixos tangíveis, variações do período

Podemos constatar que as principais variações verificadas durante o exercício dizem respeito a adições, diminuições e depreciações do período, nas sub-rubricas de Edifícios e outras construções, Equipamento básico e Equipamento administrativo.

Relativamente à sub-rubrica de Edifícios e outras construções, que representa 64,3% do total da rubrica de Ativos fixos tangíveis, verificámos incrementos no seu valor bruto principalmente devido a aquisições relativas a empreitadas de reabilitação e transferência de Ativos fixos tangíveis em curso para firme referente a empreitadas concluídas em 2021. Das empreitadas de reabilitação destacamos a remodelação do interior do edifício do Biotério de Ratos da NMS|FCM, a empreitada de reabilitação do Centro de Dados do Edifício III da FCT e obras de reabilitação na impermeabilização da cobertura do Edifício II e CITIA também da FCT.

Para a sub-rubrica de Ativos fixos tangíveis em curso foram incorporados em imobilizado firme um montante de 1 600 050 EUR, sendo esse valor repartido em 1 561 307 EUR para Edifícios e outras construções e 38 744 EUR para Equipamento básico.

i. Adições do período:

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, ocorreram as seguintes adições:

Rubricas	Adições						Total
	Internas	Compra	Cessão	Transferência ou troca	Doação, herança, legado ou perdido a favor do Estado	Outras	
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural							
Património histórico, artístico e cultural	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Outros ativos fixos tangíveis							
Terrenos e recursos naturais	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Edifícios e outras construções	0 €	951 467 €	307 065 €	26 613 €	0 €	161 908 €	1 447 052 €
Equipamento básico	0 €	3 923 555 €	0 €	0 €	1 845 €	0 €	3 925 400 €
Equipamento de transporte	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Equipamento administrativo	0 €	1 244 289 €	0 €	0 €	400 €	0 €	1 244 689 €
Equipamentos biológicos	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Outros	0 €	104 891 €	0 €	0 €	0 €	0 €	104 891 €
Ativos fixos tangíveis em curso	0 €	1 096 906 €	0 €	0 €	0 €	0 €	1 096 906 €
	0 €	7 321 108 €	307 065 €	26 613 €	2 245 €	161 908 €	7 818 939 €
Total	0 €	7 321 108 €	307 065 €	26 613 €	2 245 €	161 908 €	7 818 939 €

Quadro 10 - Ativos fixos tangíveis, adições do período

As adições verificadas em 2021, dizem respeito essencialmente a aquisições de equipamento básico, contribuindo para isso a aquisição de equipamento de investigação pelo montante de 2 100 000 EUR pela Reitoria. Este equipamento diz respeito à aquisição de microscópio eletrónico de transmissão com análise química e de microscópio eletrónico de varrimento de ultra-resolução para o CENIMAT.

Outros destaques nas adições do exercício de 2021 foram as empreitadas de remodelação do edifício do CAN – Colégio Almada Negreiros concentradas na Reitoria e com posterior cedência à FCSH, NOVA IMS e FD, bem como as aquisições do biotério da NMS|FCM e do biotério em insectário do IHMT.

As adições verificadas referentes a aquisições de equipamento administrativo referem-se essencialmente a aquisição de material informático em todas as Entidades Constitutivas.

ii. Diminuições do período:

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, ocorreram as seguintes diminuições:

Rubricas	Diminuições					Total
	Alienação a título oneroso	Transferência ou troca	Devolução ou reversão	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural						
Património histórico, artístico e cultural	0 €	0 €	0 €	0 €	63 €	63 €
	0 €	0 €	0 €	0 €	63 €	63 €
Outros ativos fixos tangíveis						
Terrenos e recursos naturais	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Edifícios e outras construções	0 €	495 586 €	0 €	0 €	45 495 €	541 081 €
Equipamento básico	0 €	5 097 €	0 €	0 €	92 485 €	97 583 €
Equipamento de transporte	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Equipamento administrativo	562 €	2 957 €	0 €	0 €	1 361 €	4 880 €
Equipamentos biológicos	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Outros	0 €	0 €	0 €	0 €	4 447 €	4 447 €
Ativos fixos tangíveis em curso	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
	562 €	503 640 €	0 €	0 €	143 788 €	647 990 €
Total	562 €	503 640 €	0 €	0 €	143 851 €	648 052 €

Quadro 11 - Ativos fixos tangíveis, diminuições do período

As diminuições verificadas no exercício dizem respeito essencialmente à transferência interna das empreitadas verificadas no CAN – Colégio Almada Negreiros afetas à Reitoria e transferidas para as entidades constitutivas FCSH, NOVA IMS e FD, aquando da passagem de Ativos fixos tangíveis em curso para ativo firme.

iii. Aumentos/diminuições resultantes de revalorizações:

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, ocorreram as seguintes variações de excedentes de revalorização:

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Variações		Quantia escriturada final
		Adições	Diminuições	
EXCEDENTES DE REVALORIZAÇÃO				
Edifícios e outras construções	32 107 639 €	0 €	(42 249 €)	32 065 390 €
TOTAL	32 107 639 €	0 €	(42 249 €)	32 065 390 €

Quadro 12 - Ativos fixos tangíveis, excedentes de revalorização

As diminuições verificadas em 2021 na rubrica de Excedentes de revalorização com um montante de 42 249 EUR dizem respeito ao valor proporcional de 2021 da reserva de reavaliação dos bens doados pela NOVA SBE à FCSH, FD e NOVA IMS, pelos montantes de 31 983 EUR, 1 449 EUR e 8 817 EUR, respetivamente.

5.6 Outras divulgações:

- a) Quantia escriturada de ativos fixos tangíveis totalmente depreciados que ainda estejam em uso:

Os ativos fixos tangíveis totalmente depreciados que ainda estejam em uso encontram-se listados em anexo n.º 1.

Nota 10 – Inventários

a) Política contabilística e método de custeio usado:

Os inventários encontram-se valorizados pelo custo ou pelo valor realizável líquido, no caso de este ser inferior. O custo inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários na sua condição atual. Os custos de compras incluem o preço de compra, os direitos de importação e outros impostos alfandegários, os custos de transporte e manuseamento, descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes.

Os custos de conversão incluem os custos diretamente relacionados com as unidades de produção, tais como as matérias-primas e mão-de-obra direta, incluindo ainda gastos de produção fixos e variáveis. A imputação de gastos gerais de produção fixos é baseada na capacidade normal das instalações de produção.

A NOVA adota o sistema do custo médio ponderado como fórmula de custeio dos seus inventários.

b) Quantia escriturada de inventários:

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica de inventários tinha a seguinte composição:

Rubricas	31/12/2021			31/12/2020		
	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável
Mercadorias	56 669 €	0 €	56 669 €	213 939 €	(55 909 €)	158 030 €
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	4 552 €	0 €	4 552 €	2 934 €	0 €	2 934 €
Total	61 221 €	0 €	61 221 €	216 873 €	(55 909 €)	160 964 €

Quadro 13 - Inventários

No exercício de 2021, a rubrica de Inventários fixou-se em 61 221 EUR verificando-se assim uma diminuição de 99 743 EUR (62%) face ao seu período homólogo. Esta rubrica apresenta um peso relativo inferior a 0,1% no total de Ativo.

Os movimentos ocorridos na rubrica de inventários foram os seguintes:

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Movimentos do período					Quantia escriturada final	
		Compras líquidas	Consumos/gastos	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Outras reduções de inventários		Outros aumentos de inventários
Mercadorias	158 030 €	95 263 €	(103 625 €)	0 €	55 909 €	(148 908 €)	0 €	56 669 €
Matérias-primas, subsidiárias e de consu	2 934 €	103 186 €	(100 265 €)	0 €	0 €	(1 304 €)	0 €	4 552 €
Total	160 964 €	198 450 €	(203 890 €)	0 €	55 909 €	(150 212 €)	0 €	61 221 €

Quadro 14 - Inventários, movimentos do período

Como mencionado anteriormente, durante o exercício de 2021 verificámos uma diminuição da rubrica de Inventários pelo montante de 99 743 EUR. Para a diminuição verificada, como podemos verificar no quadro supra, foram consideradas as compras de mercadorias e matérias-primas pelo montante de 198 450 EUR e reduções de inventários de 150 212 EUR reconhecidas como gasto do período.

Adicionalmente, o custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas reconhecido no exercício em análise ascendeu ao montante de 203 890 EUR, e as reversões de perdas por imparidade dizem respeito às imparidades constituída no exercício anterior referente à vacina contra a Encefalite Japonesa verificadas no IHMT.

Nota 13 - Rendimento de transações com contraprestação

a) Políticas contabilísticas e métodos adotados:

Nos termos da NCP 13, os rendimentos com contraprestação são aqueles em que a NOVA recebe ativos ou serviços, ou extingue passivos, e dá em troca à outra parte um valor aproximadamente igual (principalmente na forma de bens, serviços ou uso de ativos).

Vendas – O rendimento é reconhecido na demonstração de resultados:

- i. Quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador;
- ii. Quando deixa de existir um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse;
- iii. Quando os montantes dos réditos possam ser fiavelmente quantificados;
- iv. Quando seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a entidade;
- v. Quando os custos incorridos ou a incorrer referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

Prestações de serviços e concessões – O rendimento é reconhecido na demonstração de resultados com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data do balanço.

Juros – O rendimento é reconhecido na demonstração de resultados através do método do juro efetivo.

Royalties – O rendimento é reconhecido de acordo com o regime do acréscimo.

Dividendos – O rendimento é reconhecido a partir do momento em que se estabelece o direito do acionista a receber o dividendo.

b) Quantia de cada categoria significativa do rendimento reconhecida no período:

i. Prestações de serviços e concessões:

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica de Prestações de serviços e concessões apresentava a seguinte composição:

Tipo de Transação com Contraprestação	31/12/2021	31/12/2020
PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS E CONCESSÕES		
Serviços específicos do setor da saúde	570 115 €	2 335 798 €
Consultas	9 824 €	5 621 €
Realização de análises clínicas	560 291 €	2 330 178 €
Serviços específicos do setor de educação	1 121 526 €	1 048 420 €
Estudos, pareceres, projetos e consultadoria	2 084 015 €	534 972 €
Serviços sociais, recreativos, culturais e desporto	561 379 €	533 288 €
Serviços de alimentação	111 031 €	68 436 €
Serviço de alojamento	407 718 €	464 853 €
Outros serviços sociais	42 631 €	0 €
Serviços laboratoriais	3 225 886 €	328 714 €
Outros serviços	2 748 160 €	2 860 959 €
Outros serviços prestado ao exterior	985 238 €	558 386 €
Acções de formação	669 578 €	680 628 €
Inscrições em seminários e congressos	68 275 €	69 268 €
Outros	1 024 923 €	1 552 676 €
Fotocópias, impressos e publicações	146 €	0 €
Total	10 311 083 €	7 642 152 €

Quadro 15 - Prestações de serviços e concessões

No exercício de 2021, a rubrica de Prestações de serviços e concessões fixou-se em 10 311 083 EUR verificando-se assim um acréscimo de 2 668 930 EUR (34,9%) face ao seu período homólogo. Esta rubrica apresenta um peso relativo na estrutura dos rendimentos de 5,4%.

Comparativamente ao exercício anterior, o acréscimo verificado justifica-se essencialmente pelas variações nas contas referentes aos Estudos, pareceres, projetos e consultadoria e serviços laboratoriais, pelos montantes de 1 549 043 EUR e 2 897 112 EUR, respetivamente. O aumento dos rendimentos provenientes de estudos, pareceres, projetos e consultadoria encontram-se relacionados com o aumento da procura de projetos de consultoria realizados durante o exercício em análise, bem como, nas alterações nos critérios do cálculo da especialização de projetos de prestações de serviços por forma a considerar a conta de proveitos da origem do registo do proveito, deixando de utilizar esta conta como única para este cálculo, passando também a considerar as contas referentes às contas Transferências correntes obtidas e Subsídios correntes. Esta alteração originou uma maior incidência na NOVA SBE.

Quanto aos rendimentos provenientes de serviços laboratoriais, o aumento verificado diz respeito essencialmente a serviços laboratoriais no âmbito da realização de testes COVID efetuados ao abrigo de diversos protocolos, principalmente na NMS|FCM. Em sentido inverso, verificamos um decréscimo de 1 769 886 EUR nas contas referentes à realização de análises clínicas.

ii. Venda de bens:

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica de Vendas apresentava a seguinte composição:

Tipo de Transação com Contraprestação	31/12/2021	31/12/2020
VENDAS		
Publicações	6 914 €	8 300 €
Insígnias	0 €	40 €
Vacinas	72 731 €	120 366 €
Artigos de Loja	4 269 €	2 272 €
Outros Bens	8 958 €	5 545 €
Produtos alimentares e bebidas	100 755 €	88 189 €
Total	193 626 €	224 712 €

Quadro 16 - Vendas

No exercício de 2021, a rubrica de Vendas fixou-se em 193 626 EUR verificando-se assim um decréscimo de 31 085 EUR (13,8%) face ao seu período homólogo. Esta rubrica apresenta um peso relativo na estrutura dos rendimentos de 0,1%.

Comparativamente ao exercício anterior, o decréscimo verificado justifica-se essencialmente pela variação nas contas referentes às Vacinas, pelo montante de 47 635 EUR. A diminuição dos rendimentos com vacinas deve-se ao impacto da pandemia COVID-19 na atividade do Serviço internacional de vacinação de viajantes.

Em sentido inverso, verificamos um acréscimo de 12 566 EUR nas contas referentes à venda de Produtos alimentares e bebidas, devido à retoma gradual de atividade no contexto da pandemia COVID-19.

iii. Juros e rendimentos similares obtidos:

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica de Juros e rendimentos similares obtidos apresentava a seguinte composição:

Tipo de Transação com Contraprestação	31/12/2021	31/12/2020
JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS		
Descontos de pronto pagamento obtidos	209 €	1 508 €
Juros obtidos	0 €	4 €
De depósitos a prazo	0 €	4 €
Outros juros	0 €	0 €
Diferenças de câmbio favoráveis na atividade de financiamento	803 €	778 €
Total	1 011 €	2 290 €

Quadro 17 - Juros e rendimentos similares obtidos

No exercício de 2021, a rubrica de Juros e rendimentos similares obtidos fixou-se em 1 011 EUR verificando-se assim um decréscimo de 1 279 EUR (55,8%) face ao seu período homólogo. Esta rubrica apresenta um peso relativo na estrutura dos rendimentos inferior a 0,1%.

Comparativamente ao exercício anterior, o decréscimo verificado justifica-se essencialmente pela variação nas contas referentes a Descontos de pronto pagamento obtidos.

iv. Outros rendimentos:

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica de Outros rendimentos apresentava a seguinte composição:

Tipo de Transação com Contraprestação	31/12/2021	31/12/2020
OUTROS RENDIMENTOS		
Rendimentos suplementares	2 708 281 €	2 559 478 €
Arrendamento de espaços e aluguer de equipamento	514 328 €	600 547 €
Estudos, projetos e assistência tecnológica	1 865 276 €	1 676 646 €
Outros rendimentos suplementares	328 677 €	282 285 €
Recuperação de contas a receber	0 €	4 043 €
Ganhos em inventários	16 177 €	2 126 €
Rendimentos nos restantes ativos financeiros	5 €	0 €
Rendimentos em investimentos não financeiros	5 863 €	5 021 €
Outros	6 253 853 €	5 646 533 €
Correções relativas a períodos anteriores	936 299 €	473 039 €
Imputação de subsídios e transferências para investimentos	4 166 516 €	3 948 812 €
Restituição de impostos	26 519 €	0 €
Diferenças de câmbio favoráveis na atividade operacional	762 €	7 683 €
Outros não específicos	1 123 757 €	1 216 998 €
Total	8 984 179 €	8 217 201 €

Quadro 18 - Outros rendimentos

No exercício de 2021, a rubrica de Outros rendimentos fixou-se em 8 984 179 EUR verificando-se assim um acréscimo de 766 978 EUR (9,3%) face ao seu período homólogo. Esta rubrica apresenta um peso relativo na estrutura dos rendimentos de 4,7%.

Comparativamente ao exercício anterior, o acréscimo verificado justifica-se essencialmente pelas variações nas contas referentes a Estudos, projetos e assistência tecnológica, Correções relativas a períodos anteriores e Imputação de subsídios e transferências para investimentos, pelos montantes de 188 630 EUR, 463 260 EUR e 217 704 EUR, respetivamente. O aumento dos rendimentos referentes a Estudos, projetos e assistência tecnológica deveu-se essencialmente ao aumento da procura relacionada com cooperações com clientes para a execução do Plano de Recuperação e Resiliência. Para os rendimentos referentes a Imputação de subsídios e transferências para investimentos o aumento deve-se maioritariamente à especialização de projetos I&D. Os rendimentos alusivos às Correções relativas a períodos anteriores dizem respeito maioritariamente à anulação de gastos com pessoal (férias e subsídio de férias) estimados no exercício anterior e devidamente corrigidas em 2021.

Em sentido inverso, verificamos um decréscimo de 86 219 EUR nas contas referentes ao Arrendamento de espaços e aluguer de equipamento. Este decréscimo deve-se ainda ao período de pandemia vivido durante o ano de 2021, que originou uma menor procura no aluguer de salas/auditórios, habitações e instalações desportivas.

Nota 14 - Rendimento de transações sem contraprestação

14.1 Rendimento de transações sem contraprestação:

Numa transação sem contraprestação a NOVA ou recebe valor de uma outra entidade sem dar diretamente em troca valor aproximadamente igual, ou dá valor a uma outra entidade sem receber diretamente em troca valor aproximadamente igual.

a) Quantia de rédito proveniente de transações sem contraprestação reconhecidas durante o período por classes principais evidenciando separadamente:

i. Impostos, evidenciado separadamente as classes principais de impostos:

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica de Impostos, contribuições e taxas apresentava a seguinte composição:

Tipo de Transação sem Contraprestação	31/12/2021	31/12/2020
IMPOSTOS, CONTRIBUIÇÕES E TAXAS		
Taxas	41 485 547 €	37 046 116 €
Emolumentos	1 358 560 €	932 261 €
Propinas	39 094 128 €	35 107 090 €
Outras	1 032 858 €	1 006 766 €
Multas e outras penalidades	50 679 €	48 504 €
Juros de Mora de Propinas	8 014 €	29 485 €
Outras multas e penalidades	42 665 €	19 020 €
Total	41 536 226 €	37 094 621 €

Quadro 19 - Impostos, contribuições e taxas

No exercício de 2021, a rubrica de Impostos, contribuições e taxas fixou-se em 41 536 226 EUR verificando-se assim um acréscimo de 4 441 605 EUR (12%) face ao seu período homólogo. Esta rubrica apresenta um peso relativo na estrutura dos rendimentos de 21,9%.

Comparativamente ao exercício anterior, o acréscimo verificado justifica-se essencialmente pelas variações nas contas referentes a Propinas e Emolumentos. Este acréscimo deve-se essencialmente às propinas, consequência do número de alunos matriculados associados ao aumento da procura, também a nível mundial fruto dos bons resultados apresentados nos vários rankings.

ii. Transferências, evidenciado separadamente as classes principais de réditos de transferências:

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica de Transferências e subsídios correntes obtidos apresentava a seguinte composição:

Tipo de Transação sem Contraprestação	31/12/2021	31/12/2020
TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS CORRENTES OBTIDOS		
Transferências correntes	117 904 274 €	109 632 387 €
Transferências — Tesouro	76 948 229 €	73 043 697 €
Transferências correntes obtidas	40 956 045 €	36 588 690 €
Subsídios correntes	8 091 362 €	8 908 491 €
Instituições Privadas	583 955 €	1 163 225 €
Instituições sem fins Lucrativos	1 851 399 €	3 800 818 €
Famílias	1 821 €	32 642 €
Bancos e outras Instituições Financeiras	227 060 €	192 406 €
Administração Central - Estado (Inst.s/Auto.Admin.Financ.)	719 708 €	156 340 €
Administração Central - SFA-Serviços e Fundos Autónomos	472 129 €	99 952 €
Resto do Mundo - União Europeia - Instituições	3 314 761 €	2 558 166 €
Resto do Mundo - União Europeia - Países Membros	206 828 €	449 236 €
Administração Local	222 299 €	344 624 €
Resto do Mundo - Países Terceir. e Org. Internacionais	491 404 €	111 082 €
Total	125 995 636 €	118 540 879 €

Quadro 20 - Transferências e subsídios correntes obtidos

No exercício de 2021, a rubrica de Transferências e subsídios correntes obtidos fixou-se em 125 995 636 EUR verificando-se assim um acréscimo de 7 454 758 EUR (6,3%) face ao seu período homólogo. Esta rubrica apresenta um peso relativo na estrutura dos rendimentos de 66,6%.

Comparativamente ao exercício anterior, o acréscimo verificado justifica-se maioritariamente pelas variações nas contas de Transferências de receitas gerais do Estado (aumento do Orçamento de Estado em cerca de 1 p.p.), Transferências correntes obtidas (referentes essencialmente à especialização de projetos) e Subsídios oriundos de instituições da União Europeia.

Em sentido contrário, verificámos um decréscimo acentuado (1 949 418 EUR) nos rendimentos provenientes de subsídios oriundos de instituições sem fins lucrativos

14.2 Outras divulgações:

a) Políticas contabilísticas adotadas:

Nos termos da NCP 14, os rendimentos sem contraprestação são aqueles em que a NOVA reconhece um ativo quando obtiver o controlo de recursos que satisfaçam a definição de um ativo e satisfaça os critérios de reconhecimento. Em determinadas circunstâncias, tal como quando um credor perdoa um passivo, pode surgir uma diminuição na quantia escriturada de um passivo anteriormente reconhecido.

b) Bases de mensuração:

Um ativo adquirido através de uma transação sem contraprestação deve ser inicialmente mensurado pelo seu justo valor à data de aquisição (que corresponde à melhor estimativa do influxo de recursos para a entidade).

Nota 15 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

As provisões são reconhecidas quando se verifica cumulativamente as seguintes situações:

- i. Exista uma obrigação presente como resultado de um acontecimento passado;
- ii. Seja provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefício económicos será necessário para liquidar a obrigação;
- iii. Possa ser efetuada uma estimativa fiável da quantia da obrigação.

15.1 Provisões:

a) Quantia escriturada no início e no fim do período:

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o detalhe das provisões são os seguintes:

	31/12/2021	31/12/2020
PROVISÕES		
Processos judiciais em curso	246 914 €	144 311 €
Outras Provisões	1 217 561 €	0 €
Total	1 464 476 €	144 311 €

Quadro 21 - Provisões

No exercício de 2021, a rubrica de Provisões fixou-se em 1 464 476 EUR verificando-se assim um acréscimo de 1 320 165 EUR (914,8%) face ao seu período homólogo. Esta rubrica apresenta um peso relativo na estrutura do passivo de 0,7%.

Comparativamente ao exercício anterior, o acréscimo acentuado verificado na rubrica deve-se a:

- Processos judiciais em curso, com um aumento de 102 603 EUR face ao exercício anterior, devido a três novos processos registados na NMS|FCM;
- Outras provisões, com um aumento de 1 217 461 EUR face ao exercício anterior, devido essencialmente aos aprovisionamentos de serviços já incorridos em 2021 ainda bem receção de documento justificativo de despesa, bem como aprovisionamentos de prestação de serviços de investigação – CRISPR já faturado em 2021 a título de adiantamento e cujo serviço ainda não se encontra prestado.

Nota 16 - Efeitos de alterações em taxas de câmbio

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o detalhe das diferenças de câmbio é o seguinte:

2

DIFERENÇAS CÂMBIO	31/12/2021	31/12/2020
Atividade Operacional	(8 359 €)	3 477 €
Diferenças de câmbio favoráveis	762 €	7 683 €
Diferenças de câmbio desfavoráveis	(9 122 €)	(4 206 €)
Atividade de Financiamento	(5 735 €)	(18 464 €)
Diferenças de câmbio favoráveis	803 €	778 €
Diferenças de câmbio desfavoráveis	(6 538 €)	(19 242 €)
Total	(14 095 €)	(14 987 €)

Quadro 22 - Diferenças de câmbio

As diferenças de câmbio verificadas nas atividades operacionais e atividades de financiamento durante o exercício de 2021 representam um efeito líquido desfavorável de 14 095 EUR na respetiva Demonstração de Resultados. Este efeito desfavorável decresceu face ao exercício anterior pelo montante de 892 EUR.

Nota 17 - Acontecimentos após a data de relato

As demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão em 13 de abril de 2022 pelo Conselho de Gestão da NOVA.

Quando ocorrem eventos subsequentes à data do balanço que demonstram a evidência de condições que já existiam à data do balanço, o impacto desses eventos é ajustado nas demonstrações financeiras. Caso contrário, eventos subsequentes à data do balanço com uma natureza e dimensão material são descritos nesta nota.

Apesar da pandemia do Covid-19 verificada nos anos de 2020 e 2021, que afetou a economia mundial, o ano de 2022 esperava-se muito promissor até meados de fevereiro, altura em que a situação na Ucrânia-Rússia veio ensombrar essa perspetiva, podendo o cenário macroeconómico não vir a ser tão favorável para a obtenção de melhores resultados. Como consequência desta situação, a economia revela atualmente um enorme estado de incerteza, cuja duração e consequências são ainda imprevisíveis. Com os elementos disponíveis, consideramos que estão criadas as condições operacionais para a manutenção da atividade da Entidade, estando assegurados os compromissos financeiros assumidos.

Importa ainda mencionar que a NOVA, criou um grupo de trabalho com vista à implementação da Norma de Contabilidade Pública 27 – Contabilidade de Gestão.

Não são conhecidos à data quaisquer outros eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2021.

Nota 18 - Instrumentos financeiros

18.1 Políticas contabilísticas e bases de mensuração:

De acordo com o §24 da NCP 18, “em cada data de relato, a entidade deve avaliar a imparidade de todos os ativos financeiros que não sejam mensurados ao justo valor através de resultados. Se existir uma evidência objetiva de imparidade, a entidade deve reconhecer uma perda por imparidade na demonstração de resultados”.

A evidência objetiva de imparidade referida na Norma pode ser observada através dos fatores elencados no §25 da mesma NCP:

- a) Significativa dificuldade financeira do emitente ou devedor;
- b) Quebra contratual, tal como não pagamento ou incumprimento no pagamento do juro ou amortização da dívida;
- c) O credor, por razões económicas ou legais relacionados com a dificuldade financeira do devedor, oferece ao devedor concessões que o credor de outro modo não consideraria;
- d) Torne-se provável que o devedor irá entrar em falência ou fará qualquer reorganização financeira;
- e) O desaparecimento de um mercado ativo para o ativo financeiro devido a dificuldades financeiras do devedor;
- f) Informação observável indicando que existe uma diminuição na mensuração da estimativa dos fluxos de caixa futuros de um grupo de ativos financeiros desde o seu reconhecimento inicial, embora a diminuição não possa ser ainda identificada para um dado ativo financeiro individual do grupo, tal como sejam condições económicas nacionais, locais ou setoriais adversas.

Existem naturalmente outros fatores que podem afetar significativamente e que devem, na mesma medida, ser tidos em consideração a cada data de relato. No que respeita a constituição da dívida de cobrança duvidosa, o procedimento será o mesmo, quer se trate de dívidas de alunos ou outros clientes, devendo considerar-se dívidas vencidas há mais de 365 dias (data de vencimento = data de emissão do documento acrescido de 30 dias). Relativamente, à constituição da perda por imparidade torna-se necessário dividir a abordagem em dois âmbitos diferentes:

- Clientes: reconhecimento da imparidade dívida data de vencimento (+30 dias data de emissão do documento) ≥ 365 dias;
- Alunos: reconhecimento da imparidade dívida com data de vencimento (+30 dias data de emissão do documento) $\leq 31/08/N-2$; relativamente à imparidade de dívida de alunos, terá por base i) o duodécimo da especialização de propinas (4/12 ano n; 8/12 ano n+1; e ii) constituição de imparidade para dívida de anos letivos anteriores ao ano civil em questão.

18.2 Quantia escriturada de cada uma das categorias de ativos financeiros e passivos financeiros:

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o detalhe da constituição de imparidade era a seguinte:

Ativo	Natureza	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável
31/12/2021				
Contas a receber de clientes e alunos	Ativo gerador de receita	5 260 194 €	(1 344 443 €)	3 915 751 €
Contas a receber de utentes	Ativo gerador de receita	24 593 000 €	(3 605 816 €)	20 987 183 €
Total		29 853 194 €	(4 950 260 €)	24 902 934 €
31/12/2020				
Contas a receber de clientes e alunos	Ativo gerador de receita	7 522 437 €	(1 177 093 €)	6 345 343 €
Contas a receber de utentes	Ativo gerador de receita	20 766 930 €	(2 446 723 €)	18 320 207 €
Total		28 289 367 €	(3 623 816 €)	24 665 550 €

Quadro 23 - Imparidades ativos

Conforme mencionado na NCP 9, os ativos geradores de caixa são ativos detidos com o objetivo principal de gerarem um retorno económico. Todos os restantes ativos que não preenham esta condição, apresentam-se como ativos não geradores de caixa.

No exercício de 2021 verificamos um aumento dos valores referentes a imparidades na rubrica de clientes em 36,6%, pelo montante de 1 326 443 EUR, face ao exercício homólogo. Para a NOVA são consideradas imparidades dos saldos a receber sempre que estes apresentem uma antiguidade superior a um ano.

A variação verificada engloba constituição de novas imparidades de alunos e utentes pelo valor de 2 908 743 EUR e reversões de imparidades constituídas anteriormente por via de recebimento de montantes a receber pelo valor de 1 582 300 EUR.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as categorias de ativos e passivos financeiros estão detalhadas conforme se segue:

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Aumentos		Diminuições		Quantia escriturada final
		Compras	Outros	Alienações	Outros	
Ativo não corrente						
Outros ativos financeiros	3 325 505 €	0 €	0 €	0 €	(3 325 505 €)	0 €
Total	3 325 505 €	0 €	0 €	0 €	(3 325 505 €)	0 €

Quadro 24 - Instrumentos financeiros, ativos

No ano de 2021, a rubrica de outros ativos financeiros apresenta um saldo nulo, tendo-se assim verificado uma diminuição de 3 325 505 EUR face ao exercício anterior. Esta diminuição deve-se à reclassificação de montantes contabilizados como empréstimos a entidades e como investimentos financeiros.

Relativamente à reclassificação dos montantes contabilizados como empréstimos, estes dizem respeito ao aumento da participação financeira detida na entidade participada *LHEA - Association for Lifelong Health Education* sendo a reclassificação efetuada para a rubrica de participações financeiras. Esta reclassificação representa uma diminuição da rubrica de outros ativos financeiros de 130 000 EUR.

Quanto aos restantes 3 195 505 EUR que constavam na rubrica, estes dizem respeito a participações financeiras de várias entidades participadas detidas pela FCT, NOVA SBE e ITQB.

Em 2021, com a reestruturação do plano de contas nas rubricas de participações financeiras, estas foram devidamente reclassificadas para essa rubrica.

Nota 19 - Benefícios dos empregados

19.1 Benefícios definidos:

a) Política contabilística:

Os benefícios de empregados de curto prazo incluem salários, ordenados, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pela gerência.

Todo o pessoal ao serviço da NOVA foi remunerado de acordo com as suas funções durante o exercício. As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídios de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

b) Reconciliação dos saldos de abertura e encerramento do período:

No exercício findo a 31 de dezembro de 2021 e 2020, a NOVA incorreu nos seguintes gastos com pessoal:

Rubricas	31/12/2021	31/12/2020
GASTOS COM PESSOAL		
Remunerações dos órgãos sociais e de gestão	795 805 €	851 013 €
Remunerações do pessoal	101 523 495 €	95 867 230 €
Encargos sobre remunerações	22 689 819 €	21 453 733 €
Acidentes no trabalho e doenças profissionais	157 390 €	268 620 €
Outros gastos com o pessoal	29 726 €	13 865 €
Outros encargos sociais	233 131 €	287 921 €
Total	125 429 365 €	118 742 382 €

Quadro 25 - Gastos com pessoal

No exercício de 2021, a rubrica de Gastos com pessoal fixou-se em 125 429 365 EUR verificando-se assim um acréscimo de 6 686 983 EUR (5,6%) face ao seu período homólogo. Esta rubrica apresenta um peso relativo na estrutura dos gastos de 68%.

Comparativamente ao exercício anterior, o acréscimo verificado justifica-se essencialmente pela variação referente às remunerações do pessoal e consecutivamente os respetivos encargos sobre remunerações. O acréscimo nesta tipologia de remunerações encontra-se relacionado intrinsecamente com as novas admissões de pessoal docente, investigador e pessoal não docente. Todas estas admissões alavancam também os respetivos gastos com encargos sobre remunerações.

Inversamente, verificámos um decréscimo dos gastos com Remunerações dos órgãos sociais e de gestão em 55 208 EUR (6,5%), face ao seu período homólogo.

c) Gasto total reconhecido na demonstração dos resultados:

O gasto total respeitante à rubrica em análise encontra-se devidamente refletido na Demonstração de Resultados por Natureza, sendo que foi registado o acréscimo de gastos com benefícios futuros como as férias, subsídio de férias e respetivos encargos a liquidar em n+1, o qual está devidamente discriminado na alínea correspondente na Nota 21.h.

Nota 20 - Divulgações de partes relacionadas

20.1 Divulgação de controlo:

A NOVA em 31 de dezembro de 2021 tinha controlo sobre as seguintes entidades:

Partes Relacionadas	Sede	% Controlo		Controlo final
		Direto	Indireto	
Uninova - Instituto de Desenvolvimento de Novas Tecnologias	Almada	84,18%	0,00%	84,18%
NOVA.ID.FCT - Associação para Inovação e Desenvolvimento da FCT	Almada	0,00%	42,86%	42,86%
Madan Parque - Associação Parque de Ciência e Tecnologia Almada/Setúbal	Almada	46,44%	0,00%	46,44%
Ulisses - Fundação para o Desenvolvimento da Gestão, F.P.	Lisboa	49,80%	0,00%	49,80%
Associação The Lisbon MBA	Cascais	50,00%	0,00%	50,00%
CTQB - Centro Tecnologia Química e Biológica	Oeiras	100,00%	0,00%	100,00%
LHEA - Association for Lifelong Health Education	Cascais	24,39%	0,00%	24,39%
Associação AlmaScience - Investigação e Desenvolvimento em Celulose para Aplicações Inteligentes e Sustentáveis	Almada	5,26%	0,00%	5,26%
InnovPlantProtect - Associação	Elvas	14,00%	0,00%	14,00%
V4H - Associação para a Investigação em valor e Inovação Tecnológica em Saúde (Value4Health.CoLab)	Lisboa	40,00%	0,00%	40,00%
Associação CECOLAB - Collaborative Laboratory Towards Circular Economy	Oliveira do Hospital	5,26%	0,00%	5,26%
Associação COLABTRIALS - Laboratório Colaborativo para a Inovação em Ensaios Clínicos	Évora	11,11%	0,00%	11,11%
AID - Associação para a Promoção do Almada Innovation District	Monte da Caparica	23,81%	0,00%	23,81%
AGENEAL - Agência Municipal de Energia de Almada	Almada	0,00%	3,38%	3,38%
NovAlmadaVelha - Agência de Desenvolvimento Local	Almada	0,00%	5,08%	5,08%
IBET - Instituto de Biologia Experimental e Tecnológica	Oeiras	0,37%	3,84%	4,21%
Fundação Alfredo de Sousa	Cascais	0,08%	0,00%	0,08%
BIOREF - Laboratório Colaborativo para as Biorrefinarias	Porto	5,00%	0,00%	5,00%
Vortex - Associação para o Laboratório Colaborativo em Sistemas Ciber-Físicos e Ciber-Segurança	Vila Nova de Gaia	15,00%	0,00%	15,00%

Quadro 26 - Partes relacionadas, % controlo

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o detalhe dos investimentos financeiros era o seguinte:

PARTES RELACIONADAS	31/12/2021	31/12/2020
Participações de capital - método da equivalência patrimonial	5 183 473 €	4 270 575 €
Uninova - Instituto de Desenvolvimento de Novas Tecnologias	1 594 728 €	1 551 491 €
NOVA.ID.FCT - Associação para Inovação e Desenvolvimento da FCT	940 467 €	665 534 €
Madan Parque - Associação Parque de Ciência e Tecnologia Almada/Setúbal	1 469 332 €	1 677 405 €
Ulisses - Fundação para o Desenvolvimento da Gestão, F.P.	77 943 €	71 927 €
Associação The Lisbon MBA	85 824 €	0 €
CTQB - Centro Tecnologia Química e Biológica	222 408 €	0 €
LHEA - Association for Lifelong Health Education	526 650 €	304 219 €
Associação AlmaScience - Investigação e Desenvolvimento em Celulose para Aplicações Inteligentes e Sustentáveis	9 962 €	0 €
InnovPlantProtect - Associação	38 116 €	0 €
V4H - Associação para a Investigação em valor e Inovação Tecnológica em Saúde (Value4Health.CoLab)	20 776 €	0 €
Associação CECOLAB - Collaborative Laboratory Towards Circular Economy	145 772 €	0 €
Associação COLABTRIALS - Laboratório Colaborativo para a Inovação em Ensaios Clínicos	4 551 €	0 €
AID - Associação para a Promoção do Almada Innovation District	46 945 €	0 €
Participações de capital - outros métodos	157 471 €	180 511 €
AGENEAL - Agência Municipal de Energia de Almada	8 978 €	8 978 €
NovAlmadaVelha - Agência de Desenvolvimento Local	2 993 €	2 993 €
IBET - Instituto de Biologia Experimental e Tecnológica	55 000 €	55 000 €
Círculo Universitário da UNL	0 €	4 040 €
Fundação Alfredo de Sousa	10 000 €	10 000 €
Associação AlmaScience - Investigação e Desenvolvimento em Celulose para Aplicações Inteligentes e Sustentáveis	0 €	5 000 €
BIOREF - Laboratório Colaborativo para as Biorrefinarias	5 500 €	5 500 €
Vortex - Associação para o Laboratório Colaborativo em Sistemas Ciber-Físicos e Ciber-Segurança	75 000 €	75 000 €
InnovPlantProtect - Associação	0 €	14 000 €
Total	5 340 944 €	4 451 087 €

Quadro 27 - Partes relacionadas, investimentos

Conforme mencionado na NCP 20, na rubrica de Participações financeiras encontram-se divulgadas as participações financeiras que a NOVA detém nas suas partes relacionadas registadas através do método do custo e através do método de equivalência patrimonial. Para as participações financeiras registadas através do método de equivalência patrimonial verifica-se também o registo do reconhecimento dos respetivos métodos de equivalência patrimonial.

Com referência a 31 de dezembro de 2021, a rubrica de Participações financeiras apresenta um montante de 5 340 944 EUR, verificando-se assim um aumento da rubrica em 889 857 EUR, face ao exercício anterior, o que representa um aumento de 20%. O montante da rubrica utilizado para o ano de 2020 engloba o ajuste mencionado na nota 18, onde indicamos que foram reclassificados montantes da rubrica de Outros ativos financeiros. A rubrica possui um peso de 1,3% no total do ativo do período.

Para as participações financeiras contabilizadas através do método de custo, estas representam 2,9% do total da rubrica e as variações verificadas no exercício devem-se a alteração do método de reconhecimento para o método de equivalência patrimonial pelas partes relacionadas AlmaScience e InnovPlantProtect. Verificámos também o desreconhecimento da participação detida no Círculo Universitário da UNL.

Relativamente às participações financeiras registadas através do método de equivalência patrimonial, estas representam 97,1% da rubrica e as variações ocorridas no exercício dizem respeito a:

- Aumento da participação financeira da entidade *LHEA* em 310 000 EUR, onde 180 000 EUR dizem respeito a aumento efetivo da participação financeira detida. Os restantes 130 000 EUR são referentes a um aumento da participação financeira ocorrida no exercício anterior que foi incorretamente contabilizado como empréstimo à entidade relacionada, sendo esta questão reclassificada no plano de contas durante o exercício de 2021, conforme mencionado na nota 18;
- Registo das participações financeiras de cinco novas entidades, *Value4Health*, *CECOLAB*, *COLABTRIALS*, *AID* e *CTQB*, pelos montantes de 2 000 EUR, 5 000 EUR, 5 000 EUR, 50 000 EUR e 224 151 EUR, respetivamente;
- Ajustamentos referentes a variações de capital próprio e métodos de equivalência patrimonial verificados em exercícios anteriores, pelo montante de -284 968 EUR, com principal incidência nas novas entidades reconhecidas, mas que a NOVA detém uma participação financeira desde exercícios anteriores; e
- Registo dos valores referentes ao método de equivalência patrimonial de 2021 para todas as entidades que se encontram contabilizadas através desse método. Este registo resulta no montante líquido de 601 714 EUR.

Destaca-se relativamente aos métodos de equivalência patrimonial registados em 2021 que foram utilizadas as informações financeiras mais recente disponível, sendo essa informação na sua maioria referente a demonstrações financeiras na sua versão *draft*. Desta forma, apesar de não ser expectável variações significativas, aquando da receção das demonstrações financeiras finais das partes relacionadas pode ser necessário proceder aos devidos ajustamentos que ocorrerão durante o exercício de 2022.

Por forma a verificarmos o impacto de cada parte relacionada nos resultados do exercício, deixamos de seguida o detalhe da rubrica Rendimentos/gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos:

RENDIMENTOS/GASTOS IMPUTADOS DE ENTIDADES CONTROLADAS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS	31/12/2021
APLICAÇÃO MÉTODO EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	
Uninova - Instituto de Desenvolvimento de Novas Tecnologias	43 238 €
NOVA.ID.FCT - Associação para Inovação e Desenvolvimento da FCT	317 952 €
Madan Parque - Associação Parque de Ciência e Tecnologia Almada/Setúbal	59 738 €
Ulisses - Fundação para o Desenvolvimento da Gestão, F.P.	6 015 €
Associação The Lisbon MBA	85 824 €
CTQB - Centro Tecnologia Química e Biológica	(1 743 €)
LHEA - Association for Lifelong Health Education	56 612 €
Associação AlmaScience - Investigação e Desenvolvimento em Celulose para Aplicações Inteligentes e Sustentáveis	8 377 €
InnovPlantProtect - Associação	26 591 €
V4H - Associação para a Investigação em valor e Inovação Tecnológica em Saúde (Value4Health.CoLab)	2 614 €
Associação COLABTRIALS - Laboratório Colaborativo para a Inovação em Ensaios Clínicos	(449 €)
AID - Associação para a Promoção do Almada Innovation District	(3 055 €)
Total	601 714 €

Quadro 28 - Partes relacionadas, rendimentos/gastos imputados

20.2 Transações entre partes relacionadas:

As transações ocorridas em 2021 com as partes relacionadas, no que se refere a rendimentos e gastos, foram como se segue:

Partes Relacionadas	Impostos, contribuições e taxas	Vendas	Prest. serviços e concessões	Transf. e subsídios correntes obtidos	Outros rend. e ganhos	Juros e rend. similares obtidos
RENDIMENTOS/GANHOS						
IBET - Instituto de Biologia Experimental e Tecnológica	12 138 €	1 989 €	2 285 €	65 784 €	32 841 €	0 €
Uninova - Instituto de Desenvolvimento de Novas Tecnologias	2 786 €	0 €	0 €	0 €	22 648 €	0 €
NOVA.ID.FCT - Associação para Inovação e Desenvolvimento da FCT	36 992 €	43 €	3 226 €	16 457 €	16 052 €	0 €
Madan Parque - Associação Parque de Ciência e Tecnologia Almada/Setúbal	0 €	0 €	0 €	0 €	350 €	0 €
Associação AlmaScience - Investigação e Desenvolvimento em Celulose para Aplicações Inteligentes e Sustentáveis	0 €	0 €	92 250 €	0 €	0 €	0 €
Total	51 917 €	2 032 €	97 761 €	82 241 €	71 891 €	0 €

Quadro 29 - Partes relacionadas, transações rendimentos/ganhos

Partes Relacionadas	Custo das merc. vend. e das mat. consumidas	Fornec. serviços externos	Gastos com pessoal	Transf. e subsídios concedidos	Prestações sociais	Outros gastos e perdas
GASTOS/PERDAS						
IBET - Instituto de Biologia Experimental e Tecnológica	0 €	0 €	0 €	34 265 €	0 €	0 €
Uninova - Instituto de Desenvolvimento de Novas Tecnologias	0 €	1 270 €	0 €	38 599 €	0 €	0 €
NOVA.ID.FCT - Associação para Inovação e Desenvolvimento da FCT	0 €	600 €	0 €	188 934 €	0 €	0 €
Madan Parque - Associação Parque de Ciência e Tecnologia Almada/Setúbal	0 €	7 811 €	0 €	0 €	0 €	15 000 €
AGENEAL - Agência Municipal de Energia de Almada	0 €	6 138 €	0 €	0 €	0 €	0 €
NovAlmadaVelha - Agência de Desenvolvimento Local	0 €	0 €	0 €	1 500 €	0 €	0 €
InnovPlantProtect - Associação	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	2 800 €
Total	0 €	15 818 €	0 €	263 299 €	0 €	17 800 €

Quadro 30 - Partes relacionadas, transações gastos/perdas

Em 31 de dezembro de 2021, os saldos com as partes relacionadas eram os seguintes:

Parte relacionada	Dev. por transferências e subsídios não reembolsáveis	Clientes, contribuintes e utentes	Outras contas a receber	Fornecedores	Fornecedores investimentos	Outras contas a pagar
IBET - Instituto de Biologia Experimental e Tecnológica	0 €	5 068 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Uninova - Instituto de Desenvolvimento de Novas Tecnologias	0 €	222 752 €	0 €	0 €	0 €	0 €
NOVA.ID.FCT - Associação para Inovação e Desenvolvimento da FCT	0 €	17 086 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Madan Parque - Associação Parque de Ciência e Tecnologia Almada/Setúbal	0 €	52 224 €	0 €	4 859 €	0 €	0 €
Associação AlmaScience - Investigação e Desenvolvimento em Celulose para Aplicações Inteligentes e Sustentáveis	0 €	0 €	92 250 €	0 €	0 €	0 €
Total	0 €	297 130 €	92 250 €	4 859 €	0 €	0 €

Quadro 31 - Partes relacionadas, saldos

Nota 21 – Outras divulgações

a) Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica de Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis apresentava a seguinte composição:

Rubricas	31/12/2021	31/12/2020
DEVEDORES POR TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS NÃO REEMBOLSÁVEIS		
Devedores p/ outras transferências - receitas	2 117 €	0 €
Devedores p/ atribuição de subsídios ao funcionamento, c/c	112 437 484 €	105 543 679 €
Devedores p/ atribuição de subsídios ao investimento, c/c	4 305 000 €	0 €
Total	116 744 600 €	105 543 679 €

Quadro 32 - Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis

No exercício de 2021, a rubrica de Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis fixou-se em 116 744 600 EUR verificando-se assim um acréscimo de 11 200 922 EUR (10,6%) face ao seu período homólogo. Esta rubrica apresenta um peso relativo no total do ativo de 27,3%.

Comparativamente ao exercício anterior, o acréscimo verificado justifica-se pelas variações nas contas referentes a devedores por atribuição de subsídios ao funcionamento e ao investimento, pelos montantes de 6 893 805 EUR e 4 305 000 EUR, respetivamente. Para os devedores por atribuição de subsídios ao investimento, o registo de 4 305 000 EUR deve-se à reclassificação de devedores por atribuição de subsídios considerados no exercício anterior como sendo de funcionamento, relativo a donativos do âmbito do plano estratégico.

Relativamente aos devedores por atribuição de subsídio de funcionamento, o saldo das contas diz respeito a montantes por receber relacionados com projetos de infraestruturas, projetos de I&D, subsídios de ERASMUS e Plano de Recuperação e Resiliência.

b) Clientes, contribuintes e utentes

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica de Clientes, contribuintes e utentes apresentava a seguinte composição:

Rubricas	31/12/2021	31/12/2020
CLIENTES, CONTRIBUINTES E UTENTES		
Clientes	3 915 751 €	6 345 343 €
Clientes c/c	4 023 093 €	4 227 036 €
Clientes cobrança duvidosa	1 237 101 €	3 295 400 €
Perda por imparidades acumuladas	(1 344 443 €)	(1 177 093 €)
Alunos e utentes	20 987 183 €	18 320 207 €
Alunos e utentes c/c	21 591 182 €	17 905 900 €
Alunos e utentes cobrança duvidosa	3 001 818 €	2 861 030 €
Perda por imparidades acumuladas	(3 605 816 €)	(2 446 723 €)
Total	24 902 934 €	24 665 550 €

Quadro 33 - Clientes, contribuintes e utentes

No exercício de 2021, a rubrica de Clientes, contribuintes e utentes firmou-se nos 24 902 934 EUR, verificando-se um aumento pouco significativo de 237 384 EUR (0,9%) face ao exercício anterior, representando assim a rubrica 5,8% do total do Ativo.

Apesar da ténue variação da rubrica, verificámos que as contas de clientes diminuíram em virtude dos esforços desenvolvimento para garantir uma maior taxa de cobrabilidade da dívida

a receber, enquanto que as contas de alunos aumentaram devido em parte ao aumento dos alunos inscritos, bem como à manutenção de políticas de pagamentos que visam alunos com dificuldades financeiras relacionadas com o efeito pandémico vivido durante o exercício.

Em contraponto ao aumento verificado, o Prazo Médio de recebimentos (PMR) decresceu em 25 dias, firmando-se nos 175 dias no exercício de 2021, ao invés dos 200 dias verificados em 2020. Esta diminuição do PMR deve-se essencialmente ao aumento considerável das vendas do exercício, enquanto que o aumento do valor da dívida de clientes/utentes aumentou residualmente.

c) Estado e Outros Entes Públicos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica de Estado e Outros Entes Públicos apresentava a seguinte composição:

Rubricas	31/12/2021		31/12/2020	
	A receber	A pagar	A receber	A pagar
ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS				
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	0 €	1 886 233 €	0 €	1 766 045 €
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	28 847 €	665 064 €	22 842 €	641 845 €
Contribuições para a Segurança Social	0 €	2 570 693 €	0 €	2 381 958 €
Total	28 847 €	5 121 990 €	22 842 €	4 789 848 €

Quadro 34 - Estado e Outros Entes Públicos

No exercício de 2021, a rubrica de Estado e Outros Entes Públicos, referente a impostos a pagar, fixou-se em 5 121 990 EUR verificando-se assim um acréscimo de 332 142 EUR (6,9%) face ao seu período homólogo. Esta rubrica apresenta um peso relativo no total do passivo de 2,6%.

Comparativamente ao exercício anterior, o acréscimo verificado na rubrica justifica-se essencialmente pelas variações nas contas referentes ao Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares e as contas de Contribuições para a Segurança Social, pelos montantes de 120 188 EUR e 188 734 EUR, respetivamente. Estas variações encontram-se intrinsecamente ligadas ao aumento do número de trabalhadores vinculados a todas as Entidades Constitutivas, que assim fazem aumentar os montantes de impostos retidos por via das remunerações de pessoal.

Para a rubrica de Estado e Outros Entes Públicos, referente a impostos a receber, fixou-se em 28 847 EUR verificando-se assim um acréscimo residual de 6 006 EUR (26,3%) face ao seu período homólogo. Esta rubrica apresenta um peso relativo no total do ativo inferior a 0,5%. Este montante diz respeito a valores a recuperar de imposto sobre o valor acrescentado.

d) Outras contas a receber

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica de Outras contas a receber apresentava a seguinte composição:



Rubricas	31/12/2021	31/12/2020
OUTRAS CONTAS A RECEBER		
Outros devedores	0 €	432 350 €
Adiantamentos - Ao pessoal	382 €	3 382 €
Outros acréscimos de rendimentos	3 647 230 €	3 330 745 €
Outros devedores - receitas	2 563 379 €	3 005 949 €
Cauções Entregues a terceiros	3 725 €	0 €
Total	6 214 715 €	6 772 426 €

Quadro 35 - Outras contas a receber

No exercício de 2021, a rubrica de Outras contas a receber fixou-se em 6 214 715 EUR verificando-se assim um decréscimo de 557 710 EUR (8,2%) face ao seu período homólogo. Esta rubrica apresenta um peso relativo no total do ativo de 1,4%.

Comparativamente ao exercício anterior, o decréscimo verificado justifica-se essencialmente pela variação nas contas referentes a Outros devedores, pelo montante de 874 920 EUR.

Em sentido inverso, verificamos um aumento de 316 486 EUR nas contas referentes a Outros acréscimos de rendimentos, que engloba as contrapartidas dos rendimentos que devam ser reconhecidos no próprio exercício, ainda que não tenha sido recebida a respetiva documentação justificativa cuja receita e respetivo recebimento só venham a ocorrer em períodos seguintes.

e) Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica de Diferimentos apresentava a seguinte composição:

Rubricas	31/12/2021	31/12/2020
DIFERIMENTOS ATIVOS		
Transferências e subsídios concedidos com condições - Outros	300 €	300 €
Economato	41 864 €	36 961 €
Seguros - Alunos	43 880 €	28 450 €
Seguros - Viaturas	95 €	0 €
Seguros - Outros	132 552 €	45 239 €
Outros gastos diferidos	788 354 €	420 250 €
Total	1 007 045 €	531 200 €

Quadro 36 - Diferimentos ativos

No exercício de 2021, a rubrica de Diferimentos ativos fixou-se em 1 007 045 EUR verificando-se assim um acréscimo de 475 845 EUR (89,6%) face ao seu período homólogo. Esta rubrica apresenta um peso relativo no total do ativo inferior a 0,5%.

Comparativamente ao exercício anterior, o acréscimo verificado justifica-se fundamentalmente pela variação na conta referente a Outros gastos diferidos, pelo montante de 368 104 EUR. Esses gastos diferidos dizem respeito essencialmente a novas licenças de software adquiridas durante o exercício em análise, mas que o período das licenças se estendem para além do período.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica de Diferimentos no passivo apresentava a seguinte composição:

Rubricas	31/12/2021	31/12/2020
DIFERIMENTOS PASSIVOS		
Rendimentos a reconhecer - Projetos	118 503 361 €	107 459 380 €
Transferências e subsídios de capital obtidos com condições	6 339 235 €	0 €
Propinas - 1º ciclo	4 719 859 €	4 081 583 €
Propinas - 2º ciclo	20 078 854 €	17 665 266 €
Propinas - 3º ciclo	2 442 947 €	2 339 488 €
Propinas - outros cursos	209 198 €	455 901 €
Rendimentos a reconhecer - Outros	975 452 €	635 874 €
Rendimentos a reconhecer – prestações de serviços	3 119 887 €	2 587 567 €
Total	156 388 794 €	135 225 059 €

Quadro 37 - Diferimentos passivos

No exercício de 2021, a rubrica de Diferimentos passivos fixou-se em 156 388 794 EUR verificando-se assim um acréscimo de 21 163 735 EUR (15,7%) face ao seu período homólogo. Esta rubrica apresenta um peso relativo no total do ativo de 79,5%.

Comparativamente ao exercício anterior, o acréscimo verificado justifica-se basicamente pelas variações nas contas referente a Rendimentos a reconhecer de projetos, Transferências e subsídios de capital obtidos com condições e Diferimentos de propinas, pelos montantes de 11 043 982 EUR, 6 339 235 EUR e 3 155 322 EUR, respetivamente. O aumento verificado nos rendimentos a reconhecer de projetos diz respeito ao aumento de projetos relacionados com infraestruturas, I&D, ERASMUS e Plano de Recuperação e Resiliência.

A conta referente a Transferências e subsídios de capital obtidos com condições diz respeito quase na sua totalidade a donativos no âmbito do plano estratégico (protocolo Encosta da Parede).

Nas contas de Diferimentos de propinas, que englobam os três ciclos, verificamos que o seu aumento se deve essencialmente ao aumento dos alunos inscritos bem como a normalização entre as entidades constitutivas da especialização de propinas.

f) Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica de Fornecedores apresentava a seguinte composição:

Rubricas	31/12/2021	31/12/2020
FORNECEDORES		
Fornecedores c/c	822 698 €	855 389 €
Total	822 698 €	855 389 €

Quadro 38 - Fornecedores

No exercício de 2021, a rubrica de Fornecedores firmou-se nos 822 698 EUR, verificando-se uma diminuição de 32 691 EUR (3,8%) face ao exercício anterior, representando assim a rubrica 0,4% do total do Passivo.

g) Fornecedores de investimentos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica de Fornecedores de investimentos apresentava a seguinte composição:

Rubricas	31/12/2021	31/12/2020
FORNECEDORES DE INVESTIMENTO		
C/C - Exigível até 12 meses	1 159 899 €	324 988 €
C/C - Exigível a mais de 12 meses	0 €	957 €
Total	1 159 899 €	325 944 €

Quadro 39 - Fornecedores de investimento

A rubrica de Fornecedores de investimento engloba os registos dos movimentos com fornecedores de bens e serviços destinados a capitalizar como ativo não corrente da NOVA.

No exercício de 2021, a rubrica de Fornecedores de investimentos fixou-se em 1 159 899 EUR verificando-se assim um acréscimo de 833 954 EUR (255,9%) face ao seu período homólogo. Esta rubrica apresenta um peso relativo de 0,6% no total do Passivo.

Comparativamente ao exercício anterior, o montante da rubrica diz respeito quase na sua totalidade à quantia a pagar no âmbito da aquisição do microscópio eletrónico de transmissão com análise química e do microscópio eletrónico de varrimento de ultra-resolução, pelo montante de 1 050 000 EUR.

h) Outras contas a pagar

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica de Outras contas a pagar apresentava a seguinte composição:

Rubricas	31/12/2021	31/12/2020
OUTRAS CONTAS A PAGAR		
Passivo Não Corrente	9 916 458 €	9 916 458 €
Outros credores	9 916 458 €	9 916 458 €
Passivo Corrente	21 911 216 €	22 133 641 €
Remunerações a Liquidar	17 133 139 €	16 179 379 €
Outros acréscimos de gastos	1 157 981 €	1 610 266 €
Cauções	85 960 €	53 012 €
Sindicatos	2 225 €	2 256 €
Outros credores	3 531 911 €	4 288 727 €
Total	31 827 674 €	32 050 099 €

Quadro 40 - Outras contas a pagar

No exercício de 2021, a rubrica de Outras contas a pagar fixou-se em 31 827 674 EUR verificando-se assim um decréscimo de 222 425 EUR (0,7%) face ao seu período homólogo. Esta rubrica apresenta um peso relativo de 16,2% no total do Passivo.

Relativamente ao Passivo não corrente, as contas referentes a Outros credores mantém-se inalteradas face ao exercício anterior, com um montante de 9 916 458 EUR. Este saldo diz respeito na sua totalidade a dívida relacionada com reafecção do PM 65/Lisboa. Devido aos

constrangimentos orçamentais, da última década, apesar do acordo ministerial realizado em 2004, continua a não ser possível dar cumprimento ao estipulado no Despacho Conjunto n.º 291/2004, referente à reafectação ao Ministério da Ciência e do Ensino Superior de parte do PM 65/Lisboa – Colégio Almada Negreiros, porque não foram contempladas verbas nos anos de 2006/2010, em orçamento PIDDAC, para o efeito. Como também não foi prevista qualquer verba, desde o Orçamento de 2011, para este compromisso, o total em dívida irá manter-se.

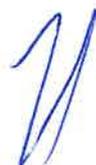
Relativamente ao Passivo corrente, e comparativamente ao exercício anterior, a diminuição verificada justifica-se essencialmente pelas variações nas contas referentes a Outros acréscimos de gastos e Outros credores, pelos montantes de 452 285 EUR e 756 817 EUR, respetivamente.

A variação verificada nas contas de Outros acréscimos encontra-se relacionada com o recebimento de faturas dos fornecedores atempadamente, os quais não foi necessário registar o devido acréscimo. Neste ponto, a implementação da faturação eletrónica veio trazer também uma maior celeridade ao processo.

Em sentido inverso, verificamos um aumento de 953 760 EUR nas contas referentes a Remunerações a liquidar. Este aumento deve-se à estimativa de férias e subsídio de férias calculada para o exercício de 2022 que foi altamente impulsionada pelas contratações de novos trabalhadores na NOVA e que à data do relato apresentavam vínculo com a NOVA.

i) Fornecimentos e serviços externos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica de Fornecimentos e serviços externos apresentava a seguinte composição:



Rubricas	31/12/2021	31/12/2020
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS		
Subcontratos	283 202 €	230 745 €
Serviços de saúde	283 202 €	230 745 €
Serviços especializados	21 378 127 €	16 639 322 €
Trabalhos especializados	10 662 045 €	6 872 893 €
Publicidade, comunicação e imagem	954 508 €	600 007 €
Vigilância e segurança	2 243 253 €	2 158 979 €
Honorários	2 078 214 €	1 497 629 €
Conservação e reparação	1 541 321 €	1 552 749 €
Outros serviços especializados	3 898 786 €	3 957 065 €
Materiais de consumo	3 884 786 €	3 689 755 €
Peças, ferramentas e utensílios de desgaste rápido	613 830 €	547 035 €
Livros e documentação técnica	230 764 €	229 840 €
Material de escritório	182 348 €	153 514 €
Artigos para oferta e de publicidade e divulgação	149 760 €	66 710 €
Produtos químicos e de laboratórios	2 708 084 €	2 692 655 €
Energia e fluídos	2 612 824 €	3 169 268 €
Eletricidade	1 822 967 €	2 436 812 €
Combustíveis e lubrificantes	39 400 €	11 250 €
Água	546 676 €	517 946 €
Outros	203 781 €	203 259 €
Deslocações, estadas e transportes	720 086 €	642 088 €
Deslocações e estadas	661 518 €	620 458 €
Transportes de pessoal	8 618 €	3 547 €
Transportes de mercadorias e outros bens vendidos	49 950 €	18 083 €
Serviços diversos	3 983 249 €	3 871 715 €
Rendas e alugueres	1 265 884 €	1 194 513 €
Comunicação	192 467 €	234 496 €
Seguros	223 472 €	210 996 €
Royalties	77 314 €	139 438 €
Contencioso e notariado	0 €	5 206 €
Despesas de representação dos serviços	64 290 €	50 673 €
Limpeza, higiene e conforto	2 079 154 €	1 995 953 €
Outros serviços	80 670 €	40 441 €
Total	32 862 274 €	28 242 892 €

Quadro 41 - Fornecimentos e serviços externos

No exercício de 2021, a rubrica de Fornecimentos e serviços externos fixou-se em 32 862 274 EUR verificando-se assim um acréscimo de 4 619 382 EUR (16,4%) face ao seu período homólogo. Esta rubrica apresenta um peso relativo na estrutura dos gastos de 17,8%.

Comparativamente ao exercício anterior, o acréscimo verificado justifica-se essencialmente pelas variações nas contas de gastos referentes a Trabalhos especializados (3 789 152 EUR), Publicidade, comunicação e imagem (354 501 EUR), Vigilância e segurança (84 273 EUR), Honorários (580 585 EUR) e Limpeza, higiene e conforto (83 201 EUR).

Para os gastos do período referentes a Trabalhos especializados destacamos i) os serviços de manutenção do software ERP SINGAP, ii) a aquisição de serviços referentes ao Programa de Liderança em Transformação Digital e Programa de Liderança em Inovação, iii) a aquisição de serviços e aluguer de equipamentos audiovisuais no âmbito de eventos institucionais, iv) a prestações de serviços de apoio, acompanhamento financeiro, *reporting* e controlo de gestão de projetos de investigação, v) a prestações de serviços de apoio à investigação no âmbito dos

Knowledge Centers, vi) a trabalhos especializados relacionados com o protocolo de serviços com a LHEA, vii) a subscrição e acesso à plataforma eletrónica de ensino médico Amboss, viii) a aquisição de serviços de Biotério da Fundação Champalimaud, e ix) a aquisição de serviços de licenciamento Microsoft Campus and School Agreement.

Relativamente aos gastos com Publicidade, comunicação e imagem, o aumento verificado deve-se à aposta estrutural na divulgação dos serviços prestados pelas entidades constitutivas da NOVA. Os serviços de Vigilância e segurança são prestados essencialmente pela empresa Prestibel – Empresa de Segurança, S.A. em várias localizações da NOVA.

Os gastos do período referentes a Honorários também aumentaram devido à necessidade de contratação de prestadores de serviços para fazer face ao acréscimo da atividade nas várias entidades constitutivas. O aumento verificado nos gastos referentes a Limpeza, higiene e conforto deve-se essencialmente às medidas extraordinárias de higienização e limpeza adjacentes ao período pandémico vivido durante o exercício em análise.

Em sentido inverso, verificamos um decréscimo de 613 845 EUR nos gastos referentes a Eletricidade. Esta diminuição deve-se à diminuição do custo do Kwh face ao exercício de 2020, bem como uma análise mais intensiva da periodização destes gastos, por forma a que no resultado do exercício se apresentem apenas os consumos do próprio exercício.

j) Transferências e subsídios concedidos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica de Transferências e subsídios concedidos apresentava a seguinte composição:

Rubricas	31/12/2021	31/12/2020
TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS CORRENTES CONCEDIDOS		
Transferências correntes concedidas	3 268 147 €	3 326 626 €
Entidades Públicas	1 894 654 €	2 377 868 €
Entidades Privadas	1 340 092 €	891 809 €
Bolseiros s/ Vínculo	33 402 €	56 949 €
Subsídios correntes concedidos	5 941 117 €	6 510 276 €
Associações de Estudantes	132 150 €	147 631 €
Bolsa de Investigação	4 167 887 €	5 325 402 €
Bolsa de estudantes	1 641 080 €	1 037 243 €
Transferências de capital concedidas	181 044 €	0 €
Outros subsídios e transferências de capital	576 056 €	293 246 €
Total	9 966 364 €	10 130 148 €

Quadro 42 - Transferências e subsídios concedidos

No exercício de 2021, a rubrica de Transferências e subsídios correntes concedidos fixou-se em 9 966 364 EUR verificando-se assim um decréscimo de 163 784 EUR (1,6%) face ao seu período homólogo. Esta rubrica apresenta um peso relativo na estrutura dos gastos de 5,4%.

Comparativamente ao exercício anterior, a diminuição verificada justifica-se essencialmente pelas variações nas contas referentes a Transferências concedidas para Entidades Públicas e Subsídios concedidos para Bolsas de Investigação, pelos montantes de 483 214 EUR e 1 157 515 EUR, respetivamente.

As Transferências concedidas a Entidades Públicas diminuíram devido ao decréscimo de gastos com projetos celebrados com entidades desta natureza. Quanto aos Subsídios concedidos a Bolsas de Investigação, a diminuição verificada diz respeito à diminuição dos bolseiros para investigação, muito devido aos critérios mais restritivos de acesso.

Em sentido inverso, verificamos um aumento nas Transferências concedidas a Entidades Privadas e Subsídios concedidos a Bolsas de Estudantes, pelo montante de 448 282 EUR e 603 837 EUR, respetivamente.

k) Prestações sociais

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica de Prestações sociais apresentava a seguinte composição:

Rubricas	31/12/2021	31/12/2020
PRESTAÇÕES SOCIAIS		
Seguro social voluntário	164 007 €	243 145 €
Total	164 007 €	243 145 €

Quadro 43 - Prestações sociais

A rubrica de Prestações sociais engloba os gastos do período referentes ao seguro social voluntário. Este seguro apresenta-se como regime contributivo de carácter facultativo que visa garantir o direito à Segurança Social dos bolseiros da NOVA que não se enquadrem de forma obrigatória no âmbito de regimes de proteção social.

No exercício de 2021, a rubrica de Prestações sociais fixou-se em 164 007 EUR verificando-se assim um decréscimo de 79 137 EUR (32,5%) face ao seu período homólogo. Esta rubrica apresenta um peso relativo na estrutura dos gastos de 0,1%.

l) Outros gastos e perdas

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica de Outros gastos e perdas apresentava a seguinte composição:

Rubricas	31/12/2021	31/12/2020
OUTROS GASTOS E PERDAS		
Impostos e taxas	135 685 €	47 213 €
Impostos diretos	41 873 €	6 155 €
Taxas	93 812 €	41 058 €
Perdas em inventários	77 107 €	2 295 €
Quebras	77 107 €	814 €
Outras	0 €	1 480 €
Gastos em investimentos não financeiros	37 766 €	12 693 €
Abates	37 766 €	12 693 €
Outros	2 613 525 €	1 714 910 €
Correções relativas a períodos anteriores	1 173 338 €	903 616 €
Donativos	511 463 €	562 687 €
Quotizações	168 126 €	118 496 €
Ofertas e amostras de inventários	0 €	75 €
Diferenças de câmbio desfavoráveis na atividade operacional	9 122 €	4 206 €
Outros não especificados	751 476 €	125 830 €
Total	2 864 083 €	1 777 110 €

Quadro 44 - Outros gastos e perdas

No exercício de 2021, a rubrica de Outros gastos e perdas fixou-se em 2 864 083 EUR verificando-se assim um acréscimo de 1 086 974 EUR (61,2%) face ao seu período homólogo. Esta rubrica apresenta um peso relativo na estrutura dos gastos de 1,6%.

Comparativamente ao exercício anterior, o acréscimo verificado justifica-se essencialmente pelas variações nas contas referentes a Quebras de inventários, Correções relativas a períodos anteriores e Outros gastos não especificados, pelos montantes de 76 293 EUR, 269 722 EUR e 625 647 EUR, respetivamente.

Os gastos referentes a Correções relativas a períodos anteriores dizem respeito fundamentalmente a correções de estimativas de gastos com pessoal de acordo com a norma técnica (férias e subsídio de férias calculadas no exercício anterior) e correções de gastos referentes a fornecimentos e serviços externos.

O saldo do período referente a Outros não especificados justifica-se maioritariamente pela contabilização de gastos de IVA restituíveis pela Autoridade Tributária e Aduaneira ao abrigo do Decreto-Lei n.º 84/2017, de 21 de julho relativo à aquisição de instrumentos, equipamentos e reagentes no âmbito da sua atividade de investigação e desenvolvimento.

m) Juros e gastos similares suportados

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica de Juros e gastos similares suportados apresentava a seguinte composição:

Rubricas	31/12/2021	31/12/2020
JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS		
Diferenças de câmbio desfavoráveis na atividade de financiamento	6 538 €	19 242 €
Outros gastos de financiamento	279 566 €	113 301 €
Serviços bancários	279 566 €	113 232 €
Outros não especificados	0 €	69 €
Total	286 104 €	132 544 €

Quadro 45 - Juros e gastos similares suportados

No exercício de 2021, a rubrica de Juros e gastos similares suportados fixou-se em 286 104 EUR verificando-se assim um acréscimo de 153 560 EUR (115,9%) face ao seu período homólogo. Esta rubrica apresenta um peso relativo na estrutura dos gastos de 0,2%.

Os gastos verificados nas contas de serviços bancários dizem respeito a gastos com comissões e outros serviços bancários, onde destacamos as comissões aos serviços de PayPal.

n) Património líquido

Os movimentos ocorridos no Património líquido figuram no quadro seguinte:

Rubricas	31/12/2020	Aumentos	Diminuições	Aplicação do R.L.E.	31/12/2021
PATRIMÓNIO LÍQUIDO					
Património / Capital	117 331 189 €	0 €	0 €	0 €	117 331 189 €
Reservas	16 451 375 €	0 €	0 €	0 €	16 451 375 €
Resultados transitados	4 369 241 €	512 865 €	(3 834 133 €)	3 492 785 €	4 540 758 €
Ajustamentos em ativos financeiros	670 827 €	57 712 €	0 €	0 €	728 539 €
Excedentes de revalorização	32 107 639 €	0 €	(42 249 €)	0 €	32 065 390 €
Outras variações no património líquido	53 751 460 €	498 968 €	(149 637 €)	0 €	54 100 791 €
Resultado líquido do período	3 492 785 €	4 878 301 €	0 €	(3 492 785 €)	4 878 301 €
Total de Património líquido	228 174 515 €	5 947 846 €	(4 026 019 €)	0 €	230 096 343 €

Quadro 46 - Património líquido

O Património líquido evidencia, a 31 de dezembro de 2021, um montante de 230 096 343 EUR, verificando-se um acréscimo de 1 921 827 EUR (0,8%) face ao exercício anterior.

Comparativamente ao exercício anterior, verificamos que o aumento se deve essencialmente i) à rubrica Resultado líquido do período (resultado líquido superior ao verificado no exercício anterior em 1 385 541 EUR), ii) à rubrica Outras variações no património líquido com um aumento de 349 332 EUR e iii) à rubrica Resultados transitados com um aumento de 171 517 EUR.

Relativamente à rubrica Outras variações no património líquido, verificamos um acréscimo líquido de 349 332 EUR, que diz respeito essencialmente a regularizações de projetos/subsídios bem como cedências/regularizações de ativos fixos tangíveis. Em sentido contrário, verificamos também o registo de regularizações referentes a depreciações.

Com referência a 31 de dezembro de 2021, verificamos que a rubrica Resultados transitados teve um aumento líquido em 171 517 EUR face ao exercício anterior. A rubrica contempla essencialmente a aplicação do resultado líquido do exercício anterior pelo montante de 3 492 785 EUR, sendo que durante o exercício é consumido parcialmente com regularizações de exercícios anteriores referentes a regularizações de projetos/subsídios, regularizações de

propinas, regularizações de gastos, bem como ajustamento de provisões e participações financeiras detidas pelas várias Entidades Constitutivas. Em sentido contrário, também se verificam regularizações referentes a balancete de terceiros e reavaliações de ativos fixos tangíveis.

2

DOR2 – Demonstração de execução orçamental de receita

Classificações orçamentais detalhadas	Previsões corrigidas	Previsões por liquidar	Recetas por cobrar de períodos anteriores	Recetas liquidadas	Liquidações anuladas	Recetas cobradas brutas	Reembolsos e restituições		Recetas cobradas líquidas			Recebimentos diferidos	Recetas por cobrar no final do período	Liquidações de períodos futuros			
							Emitidos	Pagos	Períodos anteriores	Período corrente	Total			2022	2023	2024	2025
Receita Corrente	155 194 133 €	(26 812 480 €)	13 350 314 €	178 462 546 €	9 806 477 €	161 544 986 €	824 629 €	824 279 €	9 202 680 €	151 517 927 €	160 720 707 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
R1 - Receita Fiscal	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
R1.1 - Impostos diretos	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
R1.2 - Impostos indiretos	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
R2 - Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
R3 - Taxas, multas e outras penalidades	36 280 649 €	(21 282 802 €)	7 549 908 €	52 395 817 €	2 382 174 €	42 120 961 €	196 659 €	196 859 €	6 217 712 €	35 706 390 €	41 924 103 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
R4 - Rendimentos de propriedade	37 223 €	4 023 €	34 215 €	0 €	1 015 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
R5 - Transferências e subsídios correntes	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
R5.1 - Transferências correntes	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
R5.1.1 - Administrações Públicas	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
R5.1.1.1 - Administração Central - Estado Português	78 327 870 €	(185 309 €)	78 170 €	78 487 973 €	62 764 €	78 528 379 €	15 000 €	15 000 €	78 170 €	78 435 209 €	78 513 379 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
R5.1.1.2 - Administração Central - Outras entidades	1 651 674 €	(493 376 €)	2 117 €	2 329 647 €	186 714 €	2 142 933 €	0 €	0 €	0 €	2 142 933 €	2 142 933 €	0 €	2 117 €	0 €	0 €	0 €	0 €
R5.1.1.3 - Segurança Social	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
R5.1.1.4 - Administração Regional	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
R5.1.1.5 - Administração Local	324 593 €	(224 960 €)	0 €	1 057 414 €	507 862 €	700 115 €	150 563 €	150 563 €	0 €	549 559 €	549 559 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
R5.1.3 - Outras	12 693 020 €	(1 949 299 €)	4 497 €	15 822 852 €	1 185 033 €	14 942 781 €	300 962 €	300 962 €	4 000 €	14 637 819 €	14 641 819 €	0 €	497 €	0 €	0 €	0 €	0 €
R5.2 - Subsídios correntes	6 957 199 €	(956 589 €)	319 092 €	8 530 897 €	936 231 €	6 856 238 €	58 606 €	58 606 €	212 454 €	6 585 198 €	6 797 652 €	0 €	1 116 106 €	0 €	0 €	0 €	0 €
R6 - Venda de bens e serviços	18 054 667 €	(1 541 147 €)	5 207 879 €	18 887 623 €	4 499 688 €	15 159 073 €	58 192 €	57 842 €	2 535 852 €	12 565 379 €	15 101 230 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
R7 - Outras receitas correntes	867 238 €	(182 805 €)	154 737 €	940 302 €	44 596 €	1 094 485 €	44 447 €	44 447 €	154 692 €	895 346 €	1 050 038 €	0 €	5 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Receita de Capital	31 955 925 €	(524 752 €)	3 206 €	33 058 972 €	582 001 €	32 841 384 €	364 207 €	364 207 €	206 €	32 476 971 €	32 477 177 €	0 €	3 000 €	0 €	0 €	0 €	0 €
R8 - Venda de bens de investimento	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
R9 - Transferências e subsídios de capital	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
R9.1 - Transferências de capital	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
R9.1.1 - Administrações Públicas	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
R9.1.1.1 - Administração Central - Estado Português	624 930 €	(21 127 €)	0 €	643 883 €	18 954 €	624 929 €	0 €	0 €	0 €	624 929 €	624 929 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
R9.1.1.2 - Administração Central - Outras entidades	30 479 571 €	(342 903 €)	0 €	31 373 031 €	550 558 €	31 186 681 €	364 207 €	364 207 €	0 €	30 822 474 €	30 822 474 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
R9.1.1.3 - Segurança Social	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
R9.1.1.4 - Administração Regional	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
R9.1.1.5 - Administração Local	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
R9.1.2 - Exterior - U.E	529 571 €	(21 127 €)	0 €	550 698 €	0 €	550 698 €	0 €	0 €	0 €	550 698 €	550 698 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
R9.1.3 - Outras	29 123 €	29 123 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
R9.2 - Subsídios de capital	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
R10 - Outras receitas de capital	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
R11 - Reposições não abatidas aos pagamentos	292 225 €	(188 847 €)	3 206 €	491 354 €	12 489 €	479 072 €	0 €	0 €	206 €	478 865 €	479 072 €	0 €	3 000 €	0 €	0 €	0 €	0 €
R12 - Receita com ativos financeiros	5 €	0 €	0 €	5 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	5 €	5 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
R13 - Receita com passivos financeiros	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Saldo de gerência anterior	36 846 146 €	16 €	0 €	36 846 130 €	0 €	36 846 130 €	0 €	0 €	0 €	36 846 130 €	36 846 130 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
R101 - Operações Orçamentais [1]	36 846 146 €	16 €	0 €	36 846 130 €	0 €	36 846 130 €	0 €	0 €	0 €	36 846 130 €	36 846 130 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
R102 - Devolução do saldo oper. orçamentais	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
R103 - Operações de tesouraria [A]	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
R104 - Recuperação do saldo devolvido por terceiras entidades	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Total	223 995 704 €	(27 337 167 €)	13 353 720 €	248 367 628 €	10 988 477 €	231 232 501 €	1 188 836 €	1 188 486 €	9 203 087 €	220 840 928 €	230 044 015 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €

Quadro 48 - Demonstração de execução orçamental de receita

2

DOR3 – Demonstração de execução orçamental de despesas

Rubrica Descrição	Despesas por pagar de períodos anteriores										Despesas pagas líquidas				Compreensões assumidas para períodos futuros																		
	[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	[8]	[9]	[10]	[11]	[12]	[13]	[14]	[15]	[16]	[17]	[18]	[19]	[20]	[21]	[22]	[23]	[24]	[25]								
	Donações corrigidas	Capitais disponíveis	Doações disponíveis	Cabimentos	Compreensões	Obrigações	Despesas pagas líquidas	Reposições abatidas aos pagamentos	Resultados anteriores	Período corrente	Total	Compreensões a transferir	Obrigações por pagar	2022	2023	2024	2025	Períodos seguintes	2022	2023	2024	2025	Períodos seguintes										
Despesa corrente	5 016 170 €	2 011 586 217 €	0 €	0 €	21 835 851 €	178 530 366 €	179 010 965 €	176 476 181 €	176 611 080 €	5 440 594 €	5 440 594 €	4 721 450 €	1 665 450 442 €	171 171 893 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	814 263 €	76 973 €	58 037 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €						
D1 - Despesas com o pessoal	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €						
D1.1 - Remunerações Certas e Permanentes	2 351 433 €	1 08 023 948 €	0 €	0 €	7 974 251 €	100 449 697 €	100 546 223 €	100 355 799 €	98 585 988 €	724 633 €	2 347 557 €	95 523 799 €	97 871 355 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	26 360 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €					
D1.1.2 - Alíquotas Variáveis ou Eventuais	114 282 €	3 707 627 €	0 €	0 €	510 789 €	3 192 638 €	3 178 900 €	3 178 882 €	3 076 698 €	58 918 €	113 255 €	2 903 355 €	3 017 780 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	17 €	381 303 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €					
D1.3 - Segurança Social	1 614 235 €	26 534 492 €	0 €	0 €	2 150 130 €	24 744 362 €	24 724 123 €	24 720 940 €	24 110 927 €	113 821 €	113 974 €	1 351 313 €	2 165 380 €	22 977 493 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	3 585 €	1 749 394 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €					
D2 - Aquisição de bens e serviços	892 031 €	46 780 514 €	0 €	0 €	9 546 882 €	37 233 832 €	36 896 755 €	34 470 748 €	36 578 255 €	3 001 394 €	3 000 652 €	867 992 €	32 709 610 €	33 577 603 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	899 601 €	787 933 €	58 037 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €					
D3 - Juros e outros encargos	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €					
D4 - Transferências e subsídios correntes	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €				
D4.1 - Transferências correntes	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €				
D4.1.1 - Administração Pública	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €			
D4.1.1.1 - Administração Central - Estado Português	0 €	18 022 €	0 €	0 €	7 847 €	10 175 €	10 175 €	10 175 €	16 279 €	6 105 €	6 105 €	10 175 €	10 175 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €		
D4.1.1.2 - Administração Central - Outras entidades	0 €	2 187 641 €	0 €	0 €	331 461 €	1 856 180 €	1 801 311 €	1 800 185 €	1 847 099 €	46 914 €	46 914 €	1 800 185 €	1 800 185 €	1 800 185 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	1 125 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €		
D4.1.1.3 - Segurança Social	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €			
D4.1.1.4 - Administração Regional	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €		
D4.1.1.5 - Administração Local	0 €	138 254 €	0 €	0 €	14 312 €	123 942 €	123 942 €	123 942 €	123 942 €	0 €	0 €	123 942 €	123 942 €	123 942 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €		
D4.1.2 - Entidades do setor não lucrativo	0 €	1 947 054 €	0 €	0 €	153 396 €	1 793 658 €	1 793 658 €	1 698 330 €	1 801 772 €	104 043 €	104 043 €	1 697 730 €	1 697 730 €	1 697 730 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €		
D4.1.4 - Outras	100 €	820 630 €	0 €	0 €	893 438 €	6 198 418 €	6 198 418 €	6 198 418 €	6 259 061 €	82 559 €	82 559 €	6 174 869 €	6 174 869 €	6 174 869 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	21 916 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €		
D4.2 - Subsídios correntes	0 €	80 000 €	0 €	0 €	32 375 €	788 255 €	788 255 €	788 255 €	838 255 €	50 000 €	50 000 €	100 €	788 255 €	788 255 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €		
D5 - Outras despesas correntes	39 431 €	3 236 179 €	0 €	0 €	176 971 €	3 059 207 €	3 059 195 €	3 059 907 €	3 257 764 €	206 890 €	206 890 €	39 431 €	3 011 442 €	3 059 873 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €		
D6 - Aquisição de bens de capital	330 096 €	12 333 621 €	0 €	0 €	3 402 431 €	8 931 190 €	8 910 022 €	8 617 577 €	12 093 542 €	4 639 773 €	315 605 €	7 136 214 €	7 451 819 €	8 289 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	292 345 €	1 165 907 €	477 001 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €		
D7 - Transferências e subsídios de capital	0 €	11 572 241 €	0 €	0 €	3 184 923 €	8 387 319 €	8 366 150 €	8 073 905 €	11 403 301 €	4 495 402 €	4 495 402 €	315 605 €	6 592 342 €	6 907 947 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	292 345 €	1 165 907 €	477 001 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €		
D7.1 - Transferências de capital	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €		
D7.1.1 - Transferências de capital	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €		
D7.1.1.1 - Administração Pública	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	
D7.1.1.2 - Administração Central - Estado Português	0 €	388 867 €	0 €	0 €	217 508 €	171 359 €	171 359 €	171 359 €	214 260 €	42 901 €	42 901 €	171 359 €	171 359 €	171 359 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	
D7.1.1.3 - Segurança Social	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	
D7.1.1.4 - Administração Regional	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	
D7.1.1.5 - Administração Local	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	
D7.1.2 - Entidades do setor não lucrativo	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	
D7.1.3 - Famílias	0 €	192 513 €	0 €	0 €	0 €	192 513 €	192 513 €	192 513 €	203 981 €	11 469 €	11 469 €	192 513 €	192 513 €	192 513 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	
D7.1.4 - Outras	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	
D7.2 - Subsídios de capital	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	
D8 - Outras despesas de capital	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	
D9 - Despesa com ativos financeiros	0 €	180 000 €	0 €	0 €	0 €	180 000 €	180 000 €	180 000 €	180 000 €	90 000 €	90 000 €	180 000 €	180 000 €	180 000 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
D10 - Despesa com passivos financeiros	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Total	5 355 246 €	213 699 834 €	0 €	0 €	25 238 252 €	186 461 516 €	187 520 987 €	185 093 658 €	188 705 622 €	10 040 766 €	10 078 910 €	5 097 055 €	178 596 656 €	178 623 712 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	2 827 229 €	6 471 725 €	1 291 265 €	76 973 €	58 037 €	0 €								

Quadro 49 - Demonstração de execução orçamental de despesa

DOR5.1 – Alterações orçamentais da receita

Rubricas	Descrição	Receita					Previsões corrigidas	Observações
		Previsões iniciais	Inscrições/reforços	Alterações orçamentais	Previsões corrigidas	Observações		
[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]=[3]+[4]-[5]+[6]	[8]	
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	10 160 €	292 265 €	10 200 €	0 €	292 225 €		
R12	Receita com ativos financeiros	0 €	5 €	0 €	0 €	5 €		
R14	Saldo da gerência anterior - operações orçamentais	0 €	41 371 964 €	4 525 818 €	0 €	36 846 146 €		
R3	Taxas, multas e outras penalidades	39 545 799 €	5 386 882 €	8 652 032 €	0 €	36 280 649 €		
R4	Rendimentos de propriedade	4 700 €	66 400 €	33 877 €	0 €	37 223 €		
R5	Transferências e subsídios correntes	101 964 597 €	11 087 810 €	14 207 434 €	1 109 383 €	99 954 356 €		
R5.1	Transferências correntes	23 728 853 €	5 951 029 €	10 029 663 €	0 €	19 650 219 €		
R5.1.1	Administrações Públicas	78 235 744 €	5 136 781 €	4 177 771 €	1 109 383 €	80 304 137 €		
R5.1.1.1	Administração Central - Estado Português	77 572 292 €	3 503 227 €	3 857 032 €	1 109 383 €	78 327 870 €		
R5.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	663 452 €	1 131 059 €	142 837 €	0 €	1 651 674 €		
R5.1.1.5	Administração Local	0 €	502 495 €	177 902 €	0 €	324 593 €		
R5.1.2	Exterior - UE	14 051 056 €	2 808 026 €	4 166 062 €	0 €	12 693 020 €		
R5.1.3	Outras	9 677 797 €	3 143 003 €	5 863 601 €	0 €	6 957 199 €		
R6	Venda de bens e serviços	11 962 942 €	12 238 921 €	6 147 196 €	0 €	18 054 667 €		
R7	Outras receitas correntes	153 500 €	731 410 €	17 672 €	0 €	867 238 €		
R9	Transferências e subsídios de capital	31 239 618 €	5 347 033 €	4 923 456 €	0 €	31 663 195 €		
R9.1	Transferências de capital	1 144 071 €	16 798 €	602 175 €	0 €	558 694 €		
R9.1.1	Administrações Públicas	30 095 547 €	5 330 235 €	4 321 281 €	0 €	31 104 501 €		
R9.1.1.1	Administração Central - Estado Português	241 232 €	392 897 €	9 199 €	0 €	624 930 €		
R9.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	29 854 315 €	4 937 338 €	4 312 082 €	0 €	30 479 571 €		
R9.1.2	Exterior - UE	760 747 €	16 798 €	247 974 €	0 €	529 571 €		
R9.1.3	Outras	383 324 €	0 €	354 201 €	0 €	29 123 €		
Total		184 881 316 €	76 522 690 €	38 517 685 €	1 109 383 €	223 995 704 €		

Quadro 50 - Alterações orçamentais da receita




DOR5.2 – Alterações orçamentais da despesa

Rubricas [1]	Descrição [2]	Despesa					Dotações corrigidas [7]=[3]+[4]-[5]+[6]	Observações [8]
		Dotações iniciais [3]	Inscrições/reforços [4]	Alterações orçamentais Diminuições/anulações [5]	Créditos especiais [6]	Dotações [7]		
D1	Despesas com o pessoal	134 193 197 €	50 358 457 €	45 710 540 €	224 953 €	139 066 067 €		
D1.1	Remunerações Certas e Permanentes	108 293 526 €	35 100 744 €	35 177 457 €	207 135 €	108 423 948 €		
D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	1 788 817 €	2 515 623 €	596 813 €	0 €	3 707 627 €		
D1.3	Segurança Social	24 110 854 €	12 742 091 €	9 936 271 €	17 818 €	26 934 492 €		
D2	Aquisição de bens e serviços	34 595 806 €	49 147 704 €	36 975 248 €	12 252 €	46 780 514 €		
D4	Transferências e subsídios correntes	10 770 947 €	8 077 381 €	6 564 871 €	0 €	12 283 457 €		
D4.1	Transferências correntes	8 357 061 €	6 609 139 €	5 106 660 €	0 €	9 859 540 €		
D4.1.1	Administrações Públicas	2 338 886 €	1 393 242 €	1 388 211 €	0 €	2 343 917 €		
D4.1.1.1	Administração Central - Estado Português	94 422 €	4 100 €	80 500 €	0 €	18 022 €		
D4.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	2 144 010 €	1 339 242 €	1 295 611 €	0 €	2 187 641 €		
D4.1.1.5	Administração Local	100 454 €	49 900 €	12 100 €	0 €	138 254 €		
D4.1.2	Entidades do setor não lucrativo	1 124 336 €	1 911 652 €	1 088 934 €	0 €	1 947 054 €		
D4.1.3	Famílias	7 111 797 €	3 859 142 €	3 879 083 €	0 €	7 091 856 €		
D4.1.4	Outras	120 928 €	838 345 €	138 643 €	0 €	820 630 €		
D4.2	Subsídios correntes	75 000 €	75 000 €	70 000 €	0 €	80 000 €		
D5	Outras despesas correntes	1 120 763 €	2 525 887 €	410 471 €	0 €	3 236 179 €		
D6	Aquisição de bens de capital	4 200 603 €	11 966 244 €	5 466 783 €	872 178 €	11 572 241 €		
D7	Transferência e subsídios de capital	0 €	1 062 269 €	480 889 €	0 €	581 380 €		
D7.1	Transferências de capital	0 €	210 938 €	18 425 €	0 €	192 513 €		
D7.1.1	Administrações Públicas	0 €	851 331 €	462 464 €	0 €	388 867 €		
D7.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0 €	851 331 €	462 464 €	0 €	388 867 €		
D7.1.4	Outras	0 €	210 938 €	18 425 €	0 €	192 513 €		
D9	Despesa com ativos financeiros	0 €	270 000 €	90 000 €	0 €	180 000 €		
Total		184 881 316 €	123 407 941 €	95 698 802 €	1 109 383 €	213 699 838 €		

Quadro 51 - Alterações orçamentais da despesa

DOR5.4 – Operações de tesouraria

Código das contas	Designação	Saldo inicial	Recebimentos	Pagamentos	Saldo final
07.1.1 / 07.2.1	Recebimentos / pagamentos por Intermediação de fundos	0 €	10 115 €	13 890 €	(3 775 €)
07.1.3 / 07.2.3	Constituição e reforço/devolução de cauções e garantias	(19 885 €)	21 750 €	3 750 €	(1 885 €)
07.1.9 / 07.2.9	Outras receitas/despesas de operações tesouraria	1 382 034 €	12 536 892 €	12 347 782 €	1 571 144 €
	Total	1 362 149 €	12 568 757 €	12 365 421 €	1 565 485 €

Quadro 52 - Operações de tesouraria

DOR5.5 – Contratação administrativa – Situação dos contratos

O mapa, que dado a sua extensão se apresenta em anexo (anexo n.º 2), detalha a situação de todos os contratos com execução financeira no ano de 2021, sendo discriminados os contratos celebrados por cada uma das Entidades Constitutivas da Universidade NOVA de Lisboa.

2



DOR5.6 – Contratação administrativa – Adjudicação por tipo de procedimento

Tipo de contrato	Contratação Administrativa - Adjudicações por tipo de procedimento 2021														Total	
	Concurso público		Concurso limitado por		Procedimento		Diálogo		Consulta Prévia		Ajuste		Total			
	Número dos contratos [1]	Preço contratual [2]	Número dos contratos [3]	Preço contratual [4]	Número dos contratos [5]	Preço contratual [6]	Número dos contratos [7]	Preço contratual [8]	Número dos contratos [9]	Preço contratual [10]	Número dos contratos [11]	Preço contratual [12]	Número dos contratos [13]	Preço contratual [14]		
Empreitada de obras públicas	1	615.000 €	0	0 €	0	0 €	0	0 €	4	396.549 €	9	53.903 €	14	1.065.453 €		
Aquisição de serviços	60	8.286.798 €	0	0 €	0	0 €	0	0 €	132	7.005.955 €	5071	15.259.091 €	5263	30.551.844 €		
Locação ou aquisição de bens móveis	11	614.019 €	0	0 €	0	0 €	0	0 €	49	1.802.281 €	4982	7.103.381 €	5042	9.519.681 €		
Concessão de obras públicas	0	0 €	0	0 €	0	0 €	0	0 €	0	0 €	0	8.872 €	1	8.872 €		
Concessão de serviços públicos	0	0 €	0	0 €	0	0 €	0	0 €	0	0 €	1	6.243 €	1	6.243 €		
Sociedade	0	0 €	0	0 €	0	0 €	0	0 €	0	0 €	0	0 €	0	0 €		
Outros	0	0 €	0	0 €	0	0 €	0	0 €	0	0 €	0	0 €	0	0 €		
Total	72	9.515.817 €	0	0 €	0	0 €	0	0 €	185	9.204.786 €	10064	22.431.491 €	10321	41.152.093 €		

Quadro 53 - Contratação administrativa – Adjudicação por tipo de procedimento

Na tabela infra discriminamos o número e valor dos contratos celebrados no ano de 2021, mediante a tipologia de procedimento pré-contratual escolhida para a formação dos mesmos. Este mapa inclui os valores agregados de todas as Entidades Constitutivas da Universidade NOVA e Lisboa. No ano em análise, foram escolhidos para a formação dos contratos os procedimentos por Concurso Público, Consulta Prévia e Ajuste Direto, sendo celebrados 10321 contratos, totalizando 41.152.093 EUR de adjudicações.

DOR5.7 – Transferências e subsídios – Despesa

O mapa, que dado a sua extensão se apresenta em anexo (anexo n.º 3), detalha a situação de todas transferências e subsídios, pagas pelas Entidades Constitutivas da Universidade NOVA de Lisboa.

DOR5.8 – Transferências e subsídios – Receita

O mapa, que dado a sua extensão se apresenta em anexo (anexo n.º 4), detalha a situação de todas transferências e subsídios, recebidas pelas Entidades Constitutivas da Universidade NOVA de Lisboa.



2

DORS5.9.2 – Dívidas por antiguidade de saldos

Classificação Económica associada a cada uma das rubricas do DTAS	Descrição	Divida vencida (em dias) [C]				Intervalos de Antiguidade da divida vencida (em dias) [C]		Exceções [D]	Pagamentos em atraso [E]=[2]+[3]+[4]-[D]	Total divida por natureza da despesa				
		Curto prazo [A]	Médio/longo prazo [B]			< 90 [1]	[90 - 180] [2]			[180 - 365] [3]	[> 365 dias] [4]	Curto prazo [F]=[A]+[C]	Médio/longo prazo [G]=[B]	SOMA [H]=[F]+[G]
	Despesas Correntes	3 282 193 €	0 €	2 017 190 €	4 045 €	1 756 €	910 €	0 €	6 711 €	5 306 094 €	0 €	5 306 094 €		
	Despesas com Pessoal	2 640 758 €	0 €	5 515 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	2 646 273 €	0 €	2 646 273 €		
	Remunerações Certas e Permanentes	2 479 656 €	0 €	5 515 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	2 485 170 €	0 €	2 485 170 €		
	Abonos Variáveis ou Eventuais	161 103 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	161 103 €	0 €	161 103 €		
	Segurança Social das quais:	119 242 €	0 €	1 624 152 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	1 743 394 €	0 €	1 743 394 €		
	Encargos com a saúde	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €		
	ADSE e outros da AP	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €		
	Outros sectores fora da AP	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €		
	Contribuições de segurança social	119 242 €	0 €	1 624 152 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	1 743 394 €	0 €	1 743 394 €		
	CGA	0 €	0 €	670 200 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	670 200 €	0 €	670 200 €		
	Segurança Social - Regime Geral	116 747 €	0 €	953 282 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	1 070 028 €	0 €	1 070 028 €		
	Outras	2 495 €	0 €	671 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	3 166 €	0 €	3 166 €		
	Outras	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €		
	Aquisições de Bens e Serviços	503 587 €	0 €	384 186 €	3 442 €	1 752 €	910 €	0 €	6 104 €	893 877 €	0 €	893 877 €		
	Juros e outros encargos	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €		
	Transferências Correntes	18 580 €	0 €	3 333 €	603 €	0 €	0 €	0 €	603 €	22 516 €	0 €	22 516 €		
	Administrações Públicas	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €		
	Outras Transferências correntes	18 580 €	0 €	3 333 €	603 €	0 €	0 €	0 €	603 €	22 516 €	0 €	22 516 €		
	Subsídios	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €		
	Outras Despesas Correntes	26 €	0 €	3 €	0 €	4 €	0 €	0 €	4 €	33 €	0 €	33 €		
	Despesas de Capital	72 199 €	0 €	43 587 €	121 €	1 050 000 €	0 €	0 €	1 050 121 €	1 165 907 €	0 €	1 165 907 €		
	Aquisições de Bens de Capital	72 199 €	0 €	43 587 €	121 €	1 050 000 €	0 €	0 €	1 050 121 €	1 165 907 €	0 €	1 165 907 €		
	Transferências de Capital	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €		
	Administrações Públicas	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €		
	Outras Transferências de Capital	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €		
	Aquisição de ativos financeiros	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €		
	Reembolsos de passivos financeiros	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €		
	Outras Despesas de Capital	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €		
	Soma	3 354 392 €	0 €	2 060 777 €	4 166 €	1 051 756 €	910 €	0 €	1 056 833 €	6 472 001 €	0 €	6 472 001 €		

Quadro 54 - Dívidas por antiguidade de saldos